

Id: 98124

BOLETIM ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

(Lei N.º 1.164 — 1950, art. 12, c)

ANO XVI

BRASÍLIA, JANEIRO DE 1967

N.º 186

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidente:

Ministro Antônio Gonçalves de Oliveira

Vice-Presidente:

Ministro Victor Nunes Leal

Ministros:

Américo Godoy Ilhã.

João Henrique Braune.

Décio Miranda.

Henrique Diniz de Andrada.

Oscar Saraiva.

Procurador-Geral:

Dr. Alcino de Paula Salazar.

Secretário do Tribunal:

Dr. Geraldo da Costa Manso.

No presente exemplar o Boletim Eleitoral publica a nova Constituição Federal, promulgada em 24 de janeiro de 1967, e em vigor desde 15 de março de 1967. Para facilitar a consulta dos eleitores, o texto constitucional está seguido de um Sumário com a indicação, na ordem cronológica dos Títulos, Capítulos e Seções, e de índice alfabético e remissivo organizado pelo Dr. Ruyter Pacheco de Oliveira, Diretor do Serviço de Divulgação da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Com a publicação da Constituição, o Boletim Eleitoral coloca à disposição dos seus assinantes — notadamente os juizes eleitorais de todo o país — um texto de consulta obrigatória, não encontrado com facilidade em muitas cidades.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.

§ 2º São símbolos nacionais a bandeira e o hino vigorantes na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em lei.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Art. 2º O Distrito Federal é a Capital da União.

Art. 3º A criação de novos Estados e Territórios dependerá de lei complementar.

Art. 4º Incluem-se entre os bens da União:

I — a porção de terras devolutas indispensáveis à defesa nacional ou essencial ao seu desenvolvimento econômico;

II — os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limitrofes com outros países;

III — a plataforma submarina;

IV — as terras ocupadas pelos silvícolas;

V — os que atualmente lhe pertencem.

Art. 5º Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos e rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior.

Art. 6º São Podêres da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Podêres delegar atribuições; o cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 7º Os conflitos internacionais deverão ser solvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe.

Parágrafo único. É vedada a guerra de conquista.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO

Art. 8º Compete à União:

I — manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; participar de organizações internacionais;

II — declarar guerra e fazer a paz;

III — decretar o estado de sítio;

IV — organizar as forças armadas; planejar e garantir a segurança nacional;

V — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

VI — autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII — organizar e manter a polícia federal com a finalidade de prover:

a) os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

b) a repressão ao tráfico de entorpecentes;

c) a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

d) a censura de diversões públicas.

VIII — emitir moeda;

IX — fiscalizar as operações de crédito, capitalização e de seguros;

X — estabelecer o plano nacional de viação;

XI — manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;

XII — organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações;

XIII — estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento;

XIV — estabelecer planos nacionais de educação e de saúde;

XV — explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão:

a) os serviços de telecomunicações;

b) os serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza;

c) a navegação aérea;

d) as vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de um Estado ou Território.

XVI — conceder anistia;

XVII — legislar sobre:

a) a execução da Constituição e dos serviços federais;

b) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, aéreo, marítimo e do trabalho;

c) normas gerais de direito financeiro; de seguro de previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário;

d) produção e consumo;

e) registros públicos e juntas comerciais;

f) desapropriação;

g) requisições civis e militares em tempo de guerra;

h) jazidas, minas e outros recursos minerais; metalurgia; florestas, caça e pesca;

i) águas, energia elétrica e telecomunicações;

j) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;

l) política de crédito; câmbio, comércio exterior e interestadual; transferência de valores para fora do País;

m) regime dos portos e da navegação de cabotagem, fluvial e lacustre;

n) tráfego e trânsito nas vias terrestres;

o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional;

p) emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos;

r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas;

s) uso dos símbolos nacionais;

t) organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios;

u) sistema estatístico e cartográfico nacionais;

v) organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização.

§ 1º A União poderá celebrar convênios com os Estados para a execução, por funcionários estaduais, de suas leis, serviços ou decisões.

§ 2º A competência da União não exclui a dos Estados para legislar supletivamente sobre as matérias das letras c, d, e, n, g e v do item XVII, respeitadas a lei federal.

Art. 9º A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios;

II — estabelecer cultos religiosos ou igrejas; subvencioná-los; embaraçar-lhes o exercício; ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, notadamente nos setores educacional, assistencial e hospitalar;

III — recusar fé aos documentos públicos.

Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para:

I — manter a integridade nacional;

II — repelir invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;

III — pôr termo a grave perturbação da ordem, ou ameaça de sua irrupção;

IV — garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais;

V — reorganizar as finanças do Estado que:

a) suspender o pagamento de sua dívida fundada, por mais de dois anos consecutivos, salvo por motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios as quotas tributárias a eles destinadas;

c) adotar medidas ou executar planos econômicos ou financeiros que contrariem as diretrizes estabelecidas pela União através de lei;

VI — prover à execução de lei federal, ordem ou decisão judiciária;

VII — assegurar a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) temporariedade dos mandatos eletivos, limitada a duração destes à dos mandatos federais correspondentes;

c) proibição de reeleição de governadores e de prefeitos para o período imediato;

d) independência e harmonia dos Poderes;

e) garantias do Poder Judiciário;

f) autonomia municipal;

g) prestação de contas da administração.

Art. 11. Compete ao Presidente da República decretar a intervenção.

§ 1º A decretação da intervenção dependerá:

a) no caso do nº IV do art. 10, de solicitação do Poder Legislativo ou do Executivo coato ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação fôr exercida contra o Poder Judiciário;

b) no caso do nº VI do art. 10, de requisição do Supremo Tribunal Federal, ou do Tribunal Superior Eleitoral, conforme a matéria, ressalvado o disposto na letra c deste parágrafo;

c) do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, nos casos do item VII, assim como no do item VI, ambos do art. 10, quando se tratar de execução de lei federal.

§ 2º Nos casos dos itens VI e VII do art. 10, o decreto do Presidente da República limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida tiver eficácia.

Art. 12. O decreto de intervenção, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, dentro de cinco dias, especificará:

I — a sua amplitude, duração e condições de execução;

II — a nomeação do interventor.

§ 1º Caso não esteja funcionando, o Congresso Nacional será convocado extraordinariamente, dentro do mesmo prazo de cinco dias, para apreciar o ato do Presidente da República.

§ 2º No caso do § 2º do artigo anterior, fica dispensada a apreciação do decreto do Presidente da República pelo Congresso Nacional, se a suspensão do ato tiver produzido os seus efeitos.

§ 3º Cessados os motivos que houverem determinado a intervenção, voltarão aos seus cargos, salvo impedimento legal, as autoridades deles afastadas.

CAPÍTULO III

DA COMPETENCIA DOS ESTADOS E MUNICIPIOS

Art. 13. Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e pelas leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

I — os mencionados no art. 10, nº VII;

II — a forma de investidura nos cargos eletivos;

III — o processo legislativo;

IV — a elaboração orçamentária e a fiscalização orçamentária e financeira, inclusive a aplicação dos recursos recebidos da União e atribuídos aos Municípios;

V — as normas relativas aos funcionários públicos;

VI — proibição de pagar a deputados estaduais mais de dois terços dos subsídios atribuídos aos deputados federais;

VII — a emissão de títulos da dívida pública fora dos limites estabelecidos por lei federal.

§ 1º Cabem aos Estados todos os poderes não conferidos por esta Constituição à União ou aos Municípios.

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto.

§ 3º Para a execução, por funcionários federais ou municipais, de suas leis, serviços ou decisões, os Estados poderão celebrar convênios com a União ou os Municípios.

§ 4º As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército.

§ 5º Não será concedido, pela União, auxílio a Estado ou Município, sem a prévia entrega, ao órgão federal competente, do plano de aplicação dos respectivos créditos. A prestação de contas, pelo Governador ou Prefeito, será feita nos prazos e na forma da lei e precedida de publicação no jornal oficial do Estado.

Art. 14. Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios.

Art. 15. A criação de Municípios, bem como sua divisão em distritos, dependerá de lei estadual. A organização municipal poderá variar, tendo-se em vista as peculiaridades locais.

Art. 16. A autonomia municipal será assegurada:

I — pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, realizada simultaneamente em todo o País, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas;

II — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei estadual;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1º Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual;

b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º Somente terão remuneração os Vereadores das capitais e dos Municípios de população superior a cem mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.

§ 3º A intervenção nos Municípios será regulada na Constituição do Estado, só podendo ocorrer:

a) quando se verificar impuntualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

b) se deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

c) quando a administração municipal não prestar contas a que esteja obrigada na forma da lei estadual.

§ 4º Os Municípios poderão celebrar convênios para a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum, cuja execução ficará dependendo de aprovação das respectivas Câmaras Municipais.

§ 5º O número de Vereadores será, no máximo, de vinte e um, guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do Município.

CAPÍTULO IV

DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 17. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Caberá ao Senado discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

§ 2º O Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado.

§ 3º Caberá ao Governador do Território a nomeação dos Prefeitos Municipais.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 18. O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria e é regido pelo disposto neste Capítulo, em leis complementares, em resoluções do Senado e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, estaduais e municipais.

Art. 19. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, arrecadar:

I — os impostos previstos nesta Constituição;

II — taxas pelo exercício regular do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III — contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis valorizados pelas obras públicas que os beneficiaram.

§ 1º Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder tributário.

§ 2º Para cobrança das taxas não se poderá tomar como base de cálculo a que tenha servido para a incidência dos impostos.

§ 3º A lei fixará os critérios, os limites e a forma de cobrança da contribuição de melhoria a ser exigida sobre cada imóvel, sendo que o total da sua arrecadação não poderá exceder o custo da obra pública que lhe der causa.

§ 4º Somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório.

§ 5º Competem ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e Municípios; e à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se o Território não for dividido em Municípios, os impostos municipais.

§ 6º A União poderá, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador idênticos aos dos impostos previstos nesta Constituição, instituir outros além daqueles a que se referem os arts. 22 e 23 e que não se contenham na competência tributária privativa dos Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como transferir-lhes o exercício da competên-

cia residual em relação a determinados impostos, cuja incidência seja definida em lei federal.

§ 7º Mediante convênio, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão delegar, uns aos outros, atribuições de administração tributária, e coordenar ou unificar serviços de fiscalização e arrecadação de tributos.

§ 8º A União, os Estados e os Municípios criarão incentivos fiscais à industrialização dos produtos do solo e do subsolo, realizada no imóvel de origem.

Art. 20. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

II — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, exceto o pedágio para atender ao custo de vias de transporte;

III — criar imposto sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei;

d) o livro, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

§ 1º O disposto na letra a do nº III é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes; mas não se estende, porém, aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais.

Art. 21. É vedado:

I — à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em relação a determinado Estado ou Município;

II — à União tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e Municípios, em níveis superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes;

III — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Art. 22. Compete à União decretar impostos sobre:

I — importação de produtos estrangeiros;

II — exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III — propriedade territorial rural;

IV — rendas e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos;

V — produtos industrializados;

VI — operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VII — serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal;

VIII — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos;

IX — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

X — extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais do País.

§ 1º O imposto territorial, de que trata o item III, não incidirá sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 2º É facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se referem os ns. I, II e VI, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior, ou de política monetária.

§ 3º A lei poderá destinar a receita dos impostos referidos nos itens II e VI à formação de reservas monetárias.

§ 4º O imposto sobre produto industrializado será seletivo, em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se em cada operação, o montante cobrado nas anteriores.

§ 5º Os impostos a que se referem os números VIII, IX e X incidem, uma só vez, sobre uma dentre as operações ali previstas e excluem quaisquer outros tributos, sejam quais forem a sua natureza e competência, relativos às mesmas operações.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não inclui, todavia, a incidência, dentro dos critérios e limites fixados em lei federal, do imposto sobre a circulação de mercadorias na operação de distribuição, ao consumidor final, dos lubrificantes e combustíveis líquidos utilizados por veículos rodoviários, e cuja receita seja aplicada exclusivamente em investimentos rodoviários.

Art. 23. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos, ou não, na sua competência tributária, que serão suprimidos gradativamente, cessadas as causas que determinaram a cobrança.

Art. 24. Compete aos Estados e ao Distrito Federal decretar impostos sobre:

I — transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acesso física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre direitos à aquisição de imóveis;

II — operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos, na forma do art. 22, § 6º, realizadas por produtores, industriais e comerciantes.

§ 1º Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, de acordo com a lei federal, são obrigados a reter como fontes pagadoras de rendimentos do trabalho e dos títulos da sua dívida pública.

§ 2º O imposto a que se refere o nº I compete ao Estado da situação do imóvel; ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro, sua alíquota não excederá dos limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto na lei, e o seu montante será dedutível do imposto cobrado pela União sobre a renda auferida na transação.

§ 3º O imposto a que se refere o nº I não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica nem sobre a fusão, incorporação, extinção ou redução do capital de pessoas jurídicas, salvo se estas tiverem por atividade preponderante o comércio desses bens ou direitos, ou a locação de imóveis.

§ 4º A alíquota do imposto a que se refere o nº II será uniforme para todas as mercadorias nas operações internas e interestaduais, e não excederá, naquelas que se destinem a outro Estado e ao exterior, os limites fixados em resolução do Senado, nos termos do disposto em lei complementar.

§ 5º O imposto sobre circulação de mercadorias é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado, e não incidirá sobre produtos industrializados e outros que a lei determinar, destinados ao exterior.

§ 6º Os Estados isentarão do imposto sobre circulação de mercadorias a venda a varejo, direta-

mente ao consumidor, dos gêneros de primeira necessidade que especificarem, não podendo estabelecer diferença em função dos que participam da operação tributada.

§ 7º Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o item II, oitenta por cento constituirão receita dos Estados e vinte por cento, dos Municípios. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos fixados em lei federal.

Art. 25. Compete aos Municípios decretar impostos sobre:

I — propriedade predial e territorial urbana;

II — serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar.

§ 1º Pertencem aos Municípios:

a) o produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº III, incidente sobre os imóveis situados em seu território;

b) o produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, de acordo com a lei federal, são obrigados a reter como fontes pagadoras de rendimentos do trabalho e dos títulos da sua dívida pública.

§ 2º As autoridades arrecadoras dos tributos a que se refere a letra a do parágrafo anterior farão entrega, aos Municípios, das importâncias recebidas que lhes pertencerem, à medida em que forem sendo arrecadadas, independentemente de ordem das autoridades superiores, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data da arrecadação, sob pena de demissão.

Art. 26. Do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 22, ns. IV e V, oitenta por cento constituem receita da União e o restante distribuir-se-á, à razão de dez por cento, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dez por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo das quotas estaduais e municipais, independentemente de autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega mensalmente, por intermédio dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente cinquenta por cento, pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º Para efeito do cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação, exclui-se a parcela do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, nos termos dos arts. 24, § 1º, e 25, § 1º, letra a pertence aos Estados e Municípios.

Art. 27. Sem prejuízo do disposto no art. 25, os Estados e Municípios, que celebrarem com a União convênios destinados a assegurar a ordenação dos respectivos programas de investimentos e administração tributária, poderão participar de até dez por cento na arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente dos impostos referidos no art. 22, ns. IV e V, excluído o incidente sobre fumo e bebidas.

Art. 28. A União distribuirá aos Estados, Distrito Federal e Municípios:

I — quarenta por cento da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº VIII;

II — sessenta por cento da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº IX;

III — noventa por cento da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº X.

Parágrafo único. A distribuição será feita nos termos da lei federal, que poderá dispor sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos, obedecido o seguinte critério:

a) nos casos dos itens I e II, proporcional à superfície, população, produção e consumo, adicio-

quando couber, no tocante ao nº II, quota nãdo-se, qu... área inundada pelos reservatórios; compensatória a... III, proporcional à produção.

b) no caso do item...

CAPÍTULO VI

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I — Disposições Gerais

Art. 29. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 30. A eleição para deputados e senadores far-se-á simultaneamente em todo o País.

Parágrafo único. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional.

I — ser brasileiro nato;

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de vinte e um anos para a Câmara dos Deputados e de trinta e cinco para o Senado.

Art. 31. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital da União, de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro.

§ 1º A convocação extraordinária do Congresso Nacional cabe a um terço dos membros de qualquer de suas Câmaras ou ao Presidente da República.

§ 2º A Câmara dos Deputados e o Senado, sob a direção da Mesa dêste, reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I — inaugurar a sessão legislativa;

II — elaborar o regimento comum;

III — receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV — deliberar sobre veto;

V — atender aos demais casos previstos nesta Constituição.

§ 3º Cada uma das Câmaras reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas.

Art. 32. A cada uma das Câmaras compete disciplinar, em regimento interno, sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos.

Parágrafo único. Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara.

Art. 33. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 34. Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara.

§ 2º Se no prazo de noventa dias, a contar do recebimento, a respectiva Câmara não deliberar sobre o pedido de licença, será êste incluído automaticamente em Ordem do Dia e nesta permanecerá durante quinze sessões ordinárias consecutivas, tendose como concedida a licença se, nesse prazo, não ocorrer deliberação.

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito horas, à Câmara respectiva, para que, por voto secreto, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa.

§ 4º A incorporação às forças armadas, de deputados e senadores, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, depende de licença da sua Câmara, concedida por voto secreto.

§ 5º As prerrogativas processuais dos senadores e deputados, arrolados como testemunhas, não subsistirão se deixarem êles de atender, sem justa causa, no prazo de trinta dias, ao convite judicial.

Art. 35. O subsídio, dividido em partes fixa e variável, e a ajuda de custo dos deputados e senadores, serão iguais e estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente.

Art. 36. Os deputados e senadores não poderão:

I — desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas na letra anterior;

II — desde a posse:

a) ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego, de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea a do nº I;

c) exercer outro cargo eletivo, seja federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do nº I.

Art. 37. Perde o mandato o deputado ou senador:

I — que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II — cujo procedimento for declarado incompatível com o decóro parlamentar;

III — que deixar de comparecer a mais de metade das sessões ordinárias da Câmara a que pertencer, em cada período de sessão legislativa, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela respectiva Casa ou outro motivo relevante previsto no Regimento Interno;

IV — que perder os direitos políticos.

§ 1º Nos casos dos itens I e II, a perda do mandato será declarada, em votação secreta, por dois terços da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa, ou de partido político.

§ 2º No caso do item III, a perda do mandato poderá verificar-se por provocação de qualquer dos membros da Câmara, de partido político ou do primeiro suplente do partido, e será declarada pela Mesa da Câmara a que pertencer o representante, assegurada a êste plena defesa.

§ 3º Se ocorrer o caso do item IV, a perda será automática e declarada pela respectiva Mesa.

Art. 38. Não perde o mandato o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

§ 1º No caso previsto neste artigo, no de licença por mais de quatro meses ou de vaga, será convocado o respectivo suplente; se não houver suplente, o fato será comunicado ao Tribunal Superior Eleitoral, se faltarem mais de nove meses para o término do mandato. O congressista licenciado nos termos dêste parágrafo não poderá reassumir o exercício do mandato antes de terminado o prazo da licença.

§ 2º Com licença de sua Câmara, poderá o deputado ou senador desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

Art. 39. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em conjunto ou separadamente, criarão comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Art. 40. Os Ministros de Estado são obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados e o

o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões, quando uma ou outra Câmara os convocar para, pessoalmente, prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

§ 1º A falta de comparecimento, sem justificacão, importa em crime de responsabilidade.

§ 2º Os Ministros de Estado, a seu pedido, poderão comparecer perante as Comissões ou o Plenário de qualquer das Casas do Congresso Nacional e discutir projetos relacionados com o Ministério sob sua direção.

Seção II — Da Câmara dos Deputados

Art. 41. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos por voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

§ 1º Cada legislatura durará quatro anos.

§ 2º O número de deputados será fixado em lei, em proporção que não exceda de um para cada trezentos mil habitantes, até vinte e cinco deputados, e, além desse limite, um para cada milhão de habitantes.

§ 3º A fixação do número de deputados a que se refere o parágrafo anterior não poderá vigorar na mesma legislatura ou na seguinte.

§ 4º Será de sete o número mínimo de deputados por Estado.

§ 5º Cada Território terá um deputado.

§ 6º A representação de deputados por Estado não poderá ter o seu número reduzido.

Art. 42. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I — declarar, por dois terços dos seus membros, a procedência de acusação contra o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II — proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Seção III — Do Senado Federal

Art. 43. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado elegerá três senadores, com mandato de oito anos, renovando-se a representação, de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 2º Cada Senador será eleito com seu suplente.

Art. 44. Compete privativamente ao Senado Federal:

I — julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado, havendo conexão;

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, funcionará como Presidente do Senado e do Supremo Tribunal Federal; somente por dois terços de votos poderá ser proferida a sentença condenatória, e a pena limitar-se-á à perda do cargo com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo de ação da justiça ordinária.

Art. 45. Compete, ainda, privativamente, ao Senado:

I — aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, quando exigido pela Constituição; do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios, dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente e, quando determinado em lei, a de outros servidores;

II — autorizar empréstimos, operações ou acordos externos, de qualquer natureza, aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

III — legislar sobre o Distrito Federal, na forma do art. 17, § 1º, e, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, nele exercer as atribuições mencionadas no art. 71;

IV — suspender a execução, no todo em parte, de lei ou decreto, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

V — expedir resoluções.

Seção IV — Das Atribuições do Poder Legislativo

Art. 46. Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

I — os tributos, a arrecadação e distribuição de rendas;

II — o orçamento; a abertura e as operações de crédito; a dívida pública; as emissões de curso forçado;

III — planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais;

IV — a criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos;

V — a fixação das forças armadas para o tempo de paz;

VI — os limites do território nacional; o espaço aéreo; os bens do domínio da União;

VII — a transferência temporária da sede do Governo da União;

VIII — a concessão de anistia.

Art. 47. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados celebrados pelo Presidente da República;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz; a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, nos casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País;

IV — aprovar, ou suspender, a intervenção federal ou o estado de sítio;

V — aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;

VI — mudar temporariamente a sua sede;

VII — fixar, de uma para a outra legislatura, a ajuda de custos dos membros do Congresso Nacional, assim como os subsídios destes e os do Presidente e Vice-Presidente da República;

VIII — julgar as contas do Presidente da República.

Parágrafo único. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até quinze dias após sua assinatura, os tratados celebrados pelo Presidente da República.

Art. 48. A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada.

Seção V — Do Processo Legislativo

Art. 49. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I — emendas à Constituição;

II — leis complementares da Constituição;

III — leis ordinárias;

IV — leis delegadas;

V — decretos-leis;

VI — decretos legislativos;

VII — resoluções.

Art. 50. A Constituição poderá ser emendada por proposta:

I — de membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II — do Presidente da República;

III — de Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 1º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República.

§ 2º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio.

§ 3º A proposta, quando apresentada à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, deverá ter a assinatura da quarta parte de seus membros.

§ 4º Será apresentada ao Senado Federal a proposta aceita por mais de metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

Art. 51. Em qualquer dos casos do art. 50, itens I, II e III, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento ou apresentação, em duas sessões, e considerada aprovada quando obtiver em ambas as votações a maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 52. A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 53. As leis complementares da Constituição serão votadas por maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Art. 54. O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.

§ 1º Esgotados esses prazos, sem deliberação, serão os projetos considerados como aprovados.

§ 2º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, findo o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3º Se o Presidente da República julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em quarenta dias em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º Os prazos fixados neste artigo não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação, ainda que de iniciativa do Presidente da República.

Art. 55. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, comissão do Congresso Nacional, ou de qualquer de suas Casas.

Parágrafo único. Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva do Congresso Nacional, bem assim os da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a legislação sobre:

I — a organização dos juízos e tribunais e as garantias da magistratura;

II — a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos, o direito eleitoral, o direito civil e o direito penal;

III — o sistema monetário e o de medidas.

Art. 56. No caso de delegação a comissão especial, regulada no regimento do Congresso Nacional, o projeto aprovado será enviado a sanção, salvo se, no prazo de dez dias da sua publicação, a maioria dos membros da Comissão ou um quinto da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal requerer a sua votação pelo Plenário.

Art. 57. A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Parágrafo único. Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 58. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

I — segurança nacional;

II — finanças públicas.

Parágrafo único. Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido como aprovado.

Art. 59. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ao Presidente da República, e aos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único. A discussão e votação dos projetos de iniciativa do Presidente da República começarão na Câmara dos Deputados, salvo o disposto no § 3º do art. 54.

Art. 60. É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

I — disponham sobre matéria financeira;

II — criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;

III — fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas;

IV — disponham sobre a administração do Distrito Federal e dos Territórios.

Parágrafo único. Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

a) nos projetos oriundos da competência exclusiva do Presidente da República;

b) naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais.

Art. 61. O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação.

§ 1º Se a Câmara revisora o aprovar, o projeto será enviado a sanção ou a promulgação; se o emendar, volverá à Casa iniciadora, para que aprecie a emenda; se o rejeitar, será arquivado.

§ 2º O projeto de lei, que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

§ 3º As matérias constantes de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras.

Art. 62. Nos casos do art. 46, a Câmara na qual se concluiu a votação enviará o projeto ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto. O veto parcial deve abranger o texto de artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea.

§ 2º Decorrido o decêndio, o silêncio do Presidente da República importará em sanção.

§ 3º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos Deputados e Senadores presentes, em escrutínio secreto. Neste caso, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 4º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 2º e 3º, o Presidente do Senado Federal a promulgará; e, se este não o fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado Federal.

§ 5º Nos casos do art. 47, realizada a votação final, a lei será promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

Seção VI — Do Orçamento

Art. 63. A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterà dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita. Não se incluem na proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II — a aplicação do saldo e o modo de cobrir o *deficit*, se houver.

Parágrafo único. As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento, na forma prevista em lei complementar.

Art. 64. A lei federal disporá sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos.

§ 1º São vedados, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

a) o retorno de verbas;

b) a concessão de créditos ilimitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação da receita correspondente;

d) a realização, por qualquer dos Poderes, de despesas que excedam as verbas votadas pelo Legislativo, salvo as autorizadas em crédito extraordinário.

§ 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em casos de necessidade imprevista, como guerra, subversão interna ou calamidade pública.

Art. 65. O orçamento anual dividir-se-á em corrente e de capital e compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 1º A inclusão, no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos seus recursos, nos termos da legislação específica.

§ 2º A previsão da receita abrangerá todas as rendas e suprimentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito.

§ 3º Ressalvados os impostos únicos e as disposições desta Constituição e de leis complementares, nenhum tributo terá a sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, instituir tributos cuja arrecadação constitua receita do orçamento de capital, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 4º Nenhum projeto, programa, obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

§ 5º Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, quando poderão vigor até o término do exercício subsequente.

§ 6º O orçamento consignará dotações plurianuais para a execução dos planos de valorização das regiões menos desenvolvidas do País.

Art. 66. O montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica:

a) nos limites e pelo prazo fixados em resolução do Senado Federal, por proposta do Presidente da República, em execução de política corretiva de recessão econômica;

b) às despesas que, nos termos desta Constituição, podem correr à conta de créditos extraordinários.

§ 2º Juntamente com a proposta de orçamento anual ou de lei que crie ou aumente despesa, o Poder Executivo submeterá ao Poder Legislativo as modificações na legislação da receita, necessárias para que o total da despesa autorizada não exceda à prevista.

§ 3º Se no curso do exercício financeiro a execução orçamentária demonstrar a probabilidade de déficit superior a dez por cento do total da receita estimada, o Poder Executivo deverá propor ao Poder Legislativo as medidas necessárias para restabelecer o equilíbrio orçamentário.

§ 4º A despesa de pessoal da União, Estados ou Municípios não poderá exceder de cinquenta por cento das respectivas receitas correntes.

Art. 67. É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1º Não serão objeto de deliberação emendas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objetivo.

§ 2º Os projetos de lei referidos neste artigo somente sofrerão emendas nas comissões do Poder Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço dos membros da Câmara respectiva pedir ao seu Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

§ 3º Ao Poder Executivo será facultado enviar mensagem a qualquer das Casas do Legislativo, em que esteja tramitando o Projeto de Orçamento, propondo a sua retificação, desde que não esteja concluída a votação do subanexo a ser alterado.

Art. 68. O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados até cinco meses antes do início do exercício financeiro seguinte; se, dentro do prazo de quatro meses, a contar de seu recebimento, o Poder Legislativo não o devolver para sanção, será promulgado como lei.

§ 1º A Câmara dos Deputados deverá concluir a votação do projeto de lei orçamentária dentro de sessenta dias. Findo esse prazo, se não concluída a votação, o projeto será imediatamente remetido ao Senado Federal, em sua redação primitiva e com as emendas aprovadas.

§ 2º O Senado Federal se pronunciará sobre o projeto de lei orçamentária dentro de trinta dias. Findo esse prazo, não concluída a revisão, voltará o projeto à Câmara dos Deputados com as emendas aprovadas e, se não as houver, irá a sanção.

§ 3º Dentro do prazo de vinte dias, a Câmara dos Deputados deliberará sobre as emendas oferecidas pelo Senado Federal. Findo esse prazo, sem deliberação, as emendas serão tidas como aprovadas e o projeto enviado a sanção.

§ 4º Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária no que não contrarie o disposto nesta Seção, as demais regras constitucionais da elaboração legislativa.

Art. 69. As operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder a quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até trinta dias depois do encerramento deste.

§ 1º A lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações a serem incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate.

§ 2º Por proposta do Presidente da República, o Senado Federal, mediante resolução, poderá:

- a) fixar limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios;
- b) estabelecer e alterar limites de prazos, mínimo e máximo, taxas de juros e demais condições das obrigações emitidas pelos Estados e Municípios;
- c) proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de obrigações, de qualquer natureza, dos Estados e Municípios.

Art. 70. O numerário correspondente às dotações constantes dos subanexos orçamentários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional será entregue no início de cada trimestre, em cotas correspondentes a três duodécimos.

Parágrafo único. Os créditos adicionais autorizados por lei, em favor dos órgãos aludidos neste artigo, terão o mesmo processamento, devendo a entrega do numerário efetivar-se, no máximo, quinze dias após a sanção ou promulgação.

Seção VII — Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 71. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional através de controle externo, e dos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1º O controle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República prestar anualmente. Não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, para os fins de direito, devendo o Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3º A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes da União, que, para esse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, a quem caberá realizar as inspeções que considerar necessárias.

§ 4º O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções referidas no parágrafo anterior.

§ 5º As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta seção aplicam-se às autarquias.

Art. 72. O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, visando a:

I — criar condições indispensáveis para eficácia do controle externo e para assegurar regularidade à realização da receita e da despesa;

II — acompanhar a execução de programas de trabalho e do orçamento;

III — avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

Art. 73. O Tribunal de Contas tem sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1º O Tribunal exercerá, no que couber, as atribuições previstas no art. 110, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

§ 2º A lei disporá sobre a organização do Tribunal podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício

das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 4º No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos por ele verificados.

§ 5º O Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das Auditorias Financeiras e Orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, reformas e pensões, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

b) no caso do não atendimento, sustar a execução do ato, exceto em relação aos contratos;

c) na hipótese de contrato, solicitar ao Congresso Nacional que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 6º O Congresso Nacional deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea c do parágrafo anterior, no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação.

§ 7º O Presidente da República poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea b do § 5º, *ad referendum* do Congresso Nacional.

§ 8º O Tribunal de Contas julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, independentemente de sua decisão as melhorias posteriores.

CAPÍTULO VII

DO PODER EXECUTIVO

Seção I — Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 74. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 75. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente:

- I — ser brasileiro nato;
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 76. O Presidente será eleito pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 2º Cada Assembléia indicará três delegados e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3º A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar.

Art. 77. O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que se findar o mandato presidencial.

§ 1º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos do colégio eleitoral.

§ 2º Se não for obtida maioria absoluta na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios, e a eleição dar-se-á, no terceiro, por maioria simples.

§ 3º O mandato do Presidente da República é de quatro anos.

Art. 78. O Presidente tomará posse em sessão do Congresso Nacional e, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 1º O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

§ 2º Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Congresso Nacional.

Art. 79. Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente.

§ 1º O Vice-Presidente considerará-se eleito com o Presidente registrado conjuntamente e para igual mandato, observadas as mesmas normas para a eleição e a posse, no que couber.

§ 2º O Vice-Presidente exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional, tendo somente voto de qualidade, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente não poderão ausentar-se do País sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.

Seção II — Das Atribuições do Presidente da República

Art. 83. Compete privativamente ao Presidente:

I — a iniciativa do processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

II — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

III — vetar projetos de lei;

IV — nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios;

V — aprovar a nomeação dos Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional (art. 16, § 1º, letra b);

VI — prover os cargos públicos federais, na forma desta Constituição e das leis;

VII — manter relações com Estados estrangeiros;

VIII — celebrar tratados, convenções e atos internacionais, *ad referendum* do Congresso Nacional;

IX — declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou, sem esta autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

X — fazer a paz, com autorização ou *ad referendum* do Congresso Nacional;

XI — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XII — exercer o comando supremo das forças armadas;

XIII — decretar a mobilização nacional total ou parcialmente;

XIV — decretar o estado de sítio;

XV — decretar e executar a intervenção federal;

XVI — autorizar brasileiros a aceitar pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;

XVII — enviar proposta de orçamento à Câmara dos Deputados;

XVIII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior;

XIX — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XX — conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei.

Parágrafo único. A lei poderá autorizar o Presidente a delegar aos Ministros de Estado, em certos casos, as atribuições mencionadas nos itens VI, XVI e XX.

Seção III — Da Responsabilidade do Presidente da República

Art. 84. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente:

I — a existência da União;

II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos Poderes constitucionais dos Estados;

III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País;

V — a probidade na administração;

VI — a lei orçamentária;

VII — o cumprimento das decisões judiciárias e das leis.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 85. O Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns ou, perante o Senado Federal, nos de responsabilidade.

§ 1º Declarada procedente a acusação, o Presidente ficará suspenso de suas funções.

§ 2º Decorrido o prazo de sessenta dias, se o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado.

Seção IV — Dos Ministros de Estado

Art. 86. Os Ministros de Estado são auxiliares do Presidente da República, escolhidos dentre brasileiros natos, maiores de vinte e cinco anos, no gozo dos direitos políticos.

Art. 87. Além das atribuições que a Constituição e as leis estabelecerem, compete aos Ministros:

I — referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente;

II — expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III — apresentar ao Presidente da República relatório anual dos serviços realizados no Ministério;

IV — comparecer à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, nos casos e para os fins previstos nesta Constituição.

Art. 88. Os Ministros de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal e, nos conexos com os do Presidente da República, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento deste.

Parágrafo único. São crimes de responsabilidade do Ministro de Estado os referidos no art. 84 e o não comparecimento à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, quando regularmente convocados.

Seção V — Da Segurança Nacional

Art. 89. Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 90. O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da segurança nacional.

§ 1º O Conselho compõe-se do Presidente e do Vice-Presidente da República e de todos os Ministros de Estado.

§ 2º A lei regulará a organização, competência e o funcionamento do Conselho e poderá admitir outros membros natos ou eventuais.

Art. 91. Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

I — o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares;

II — nas áreas indispensáveis à segurança nacional, dar assentimento prévio para:

a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;

b) construção de pontes e estradas internacionais e campos de pouso;

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;

III — modificar ou cassar as concessões ou autorizações referidas no item anterior.

Parágrafo único. A lei especificará as áreas indispensáveis à segurança nacional, regulará sua utilização e, assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

Seção VI — Das Forças Armadas

Art. 92. As forças armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

§ 1º Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem.

§ 2º Cabe ao Presidente da República a direção da guerra e a escolha dos comandantes-chefes.

Art. 93. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei.

Parágrafo único. As mulheres e os eclesiásticos, bem como aqueles que forem dispensados, ficam isentos do serviço militar, mas a lei poderá atribuir-lhes outros encargos.

Art. 94. As patentes, com as vantagens, prerrogativas e deveres a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados.

§ 1º Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa ou da reserva e do reformado.

§ 2º O oficial das forças armadas somente perderá o posto e a patente por sentença condenatória, passada em julgado, restritiva da liberdade individual por mais de dois anos; ou nos casos previstos em lei, se declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, por decisão do tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou do tribunal especial, em tempo de guerra.

§ 3º O militar da ativa que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 4º O militar da ativa que aceitar qualquer cargo público civil temporário, não eletivo, assim como em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, enquanto permanecer nessa situação, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção, transferência para a reserva ou reforma. Depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será

transferido, na forma da lei, para a reserva, ou reformado.

§ 5º Enquanto perceber remuneração do cargo temporário, assim como de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, não terá direito o militar da ativa aos vencimentos e vantagens do seu posto, assegurada a opção.

§ 6º Aplica-se aos militares o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 101, bem como aos da reserva e reformados ainda o previsto no § 3º, do art. 97.

§ 7º A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições para a transferência dos militares à inatividade.

§ 8º A carreira de oficial da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar é privativa dos brasileiros natos.

Seção VII — Dos Funcionários Públicos

Art. 95. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1º A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Prescinde de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

§ 3º Serão providos somente por brasileiros natos os cargos da carreira de diplomata, os de embaixador e outros previstos nesta Constituição.

Art. 96. Não se admitirá vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

Art. 97. É vedada a acumulação remunerada, exceto:

I — a de juiz e um cargo de professor;

II — a de dois cargos de professor;

III — a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

IV — a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 98. São vitalícios os magistrados e os Ministros do Tribunal de Contas.

Art. 99. São estáveis, após dois anos, os funcionários, quando nomeados por concurso.

§ 1º Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não prestar concurso público.

§ 2º Extinto o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos integrais, até o seu obrigatório aproveitamento em cargo equivalente.

Art. 100. O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º No caso do número III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

§ 2º Atendendo a natureza especial do serviço, a lei federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I, do art. 101.

Art. 101. Os proventos da aposentadoria serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino; ou trinta anos de serviço, se do feminino;

b) invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 3º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Art. 102. Enquanto durar o mandato, o funcionário público, ficará afastado do exercício do cargo e só por antiguidade poderá ser promovido, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção e para aposentadoria.

§ 1º Os impedimentos constantes deste artigo somente vigorarão quando os mandatos eletivos forem federais ou estaduais.

§ 2º A lei poderá estabelecer outros impedimentos para o funcionário candidato, diplomado ou em exercício de mandato eletivo.

Art. 103. A demissão somente será aplicada ao funcionário:

I — vitalício, em virtude de sentença judiciária;

II — estável, na hipótese do número anterior, ou mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único. Invalidada por sentença a demissão de funcionário, será ele reintegrado e quem lhe ocupava o lugar será exonerado, ou, se ocupava outro cargo, a este será reconduzido, sem direito a indenização.

Art. 104. Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratados para funções de natureza técnica ou especializada.

Art. 105. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros.

Parágrafo único. Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 106. Aplica-se aos funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como aos dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, o disposto nesta Seção, inclusive, no que couber, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do respectivo Poder Executivo, ficando-lhes, outrossim, vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

§ 1º Os Tribunais federais e estaduais, assim como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais somente poderão admitir servidores, mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, através de lei ou resolução aprovadas pela maioria absoluta dos membros das casas legislativas competentes.

§ 2º As leis ou resoluções a que se refere o parágrafo anterior serão votadas em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre eles.

§ 3º Somente serão admitidas emendas, que aumentem de qualquer forma as despesas ou o número de cargos previstos, em projeto de lei ou resolução, que obtenham a assinatura de um terço, no mínimo, dos membros de qualquer das Casas Legislativas.

CAPÍTULO VIII

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I — Disposições Preliminares

Art. 107. O Poder Judiciário da União é exercido pelos seguintes órgãos:

I — Supremo Tribunal Federal;

II — Tribunais Federais de Recursos e juizes federais;

III — Tribunais e juizes militares;

IV — Tribunais e juizes eleitorais;

V — Tribunais e juizes do trabalho.

Art. 108. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, gozarão os juizes das garantias seguintes:

I — vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;

II — inamovibilidade, exceto por motivo de interesse público, na forma do § 2º;

III — irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais.

§ 1º A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos esses casos com os vencimentos integrais.

§ 2º O Tribunal competente poderá, por motivo de interesse público, em escrutínio secreto, pelo voto de dois terços de seus juizes efetivos, determinar a remoção ou a disponibilidade do juiz de categoria inferior, assegurando-lhe defesa. Os tribunais poderão proceder da mesma forma, em relação a seus juizes.

Art. 109. É vedado ao juiz, sob pena de perda do cargo judiciário:

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo um cargo de magistério e nos casos previstos nesta Constituição;

II — receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento;

III — exercer atividade político-partidária.

Art. 110. Compete aos Tribunais:

I — eleger seus Presidentes e demais órgãos de direção;

II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; propor (art. 59) ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III — conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juizes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

Art. 111. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público.

Art. 112. Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até primeiro de julho.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente. Cabe ao Presidente do Tribunal, que proferiu a decisão exequenda, determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, e depois de ouvido o chefe do Ministério Público, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Seção II — Do Supremo Tribunal Federal

Art. 113. O Supremo Tribunal Federal, com sede na capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de dezesseis Ministros.

§ 1º Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º Os Ministros serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal.

Art. 114. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I — processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, o Presidente da República, os seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no final do art. 88, os Juizes Federais, os Juizes do Trabalho e os Membros dos Tribunais Superiores da União, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros dos Tribunais de Contas, da União, dos Estados e do Distrito Federal, e os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente;

c) os litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

d) as causas e conflitos entre a União e os Estados, ou Territórios, ou entre uns e outros;

e) os conflitos de jurisdição entre juizes ou tribunais federais de categorias diversas; entre quaisquer juizes ou tribunais federais e os dos Estados; entre os juizes federais subordinados a tribunais diferentes; entre juizes ou tribunais de Estados diversos, inclusive os do Distrito Federal e Territórios;

f) os conflitos de atribuições entre autoridade administrativa e judiciária da União ou entre autoridade judiciária de um Estado e a administrativa de outro, ou do Distrito Sederal e dos Territórios, ou entre estes e as da União;

g) a extradição requisitada por Estado estrangeiro e a homologação das sentenças estrangeiras;

h) o *habeas corpus*, quando o coator ou paciente for tribunal, funcionário ou autoridade, cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal ou se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância, bem como se houver perigo de se consumir a violência antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

i) os mandados de segurança contra ato do Presidente da República, das Mesas da Câmara e do Senado, do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União;

j) a declaração de suspensão de direitos políticos, na forma do art. 151;

l) a representação do Procurador-Geral da República, por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

m) as revistas criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

n) a execução das sentenças, nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atos processuais;

II — julgar em recurso ordinário:

a) os mandados de segurança e os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos tribunais locais ou federais, quando denegatória a decisão;

b) as causas em que forem parte um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no país;

c) os casos previstos no art. 122, §§ 1º e 2º;

III — julgar mediante recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância por outros tribunais ou juizes, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência de tratado ou lei federal;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal;

d) dar à lei interpretação divergente da que lhe haja dado outro tribunal ou o próprio Supremo Tribunal Federal.

Art. 115. O Supremo Tribunal Federal funcionará em plenário ou dividido em turmas.

Parágrafo único. O regimento interno estabelecerá:

a) a competência do plenário além dos casos previstos no art. 114, nº I, letras a, b, c, d, i, j e l, que lhe são privativos;

b) a composição e a competência das turmas;

c) o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recurso;

d) a competência de seu Presidente para conceder *exequatur* a cartas rogatórias de tribunais estrangeiros.

Seção III — Dos Tribunais Federais de Recursos

Art. 116. O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de treze Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo oito entre Magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 113, § 1º.

§ 1º A Lei Complementar poderá criar mais dois Tribunais Federais de Recursos, um no Estado de Pernambuco e outro no Estado de São Paulo, fixando-lhes a jurisdição e menor número de Ministros, cuja escolha se fará com o mesmo critério mencionado neste artigo.

§ 2º É privativo do Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital da União, o julgamento de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

§ 3º Os Tribunais Federais de Recursos funcionarão em plenário ou em turmas.

Art. 117. Compete aos Tribunais Federais de Recursos:

I — processar e julgar originariamente:

a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

b) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal, ou de suas turmas, do responsável pela direção-geral da polícia federal, ou de juiz federal;

c) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for Ministro de Estado, ou responsável pela direção-geral da polícia federal, ou juiz federal;

d) os conflitos de jurisdição entre juizes federais subordinados ao mesmo tribunal ou entre suas turmas;

II — julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes federais.

Parágrafo único. A lei poderá estabelecer a competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária.

Seção IV — Dos Juizes Federais

Art. 118. Os juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, maiores de trinta anos, de cultura e idoneidade moral, mediante concurso de títulos e provas, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição.

§ 1º Cada Estado ou Território, assim como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva Capital. Lei Complementar poderá criar novas seções.

§ 2º A lei fixará o número de juizes de cada seção e regulará o provimento dos cargos de juizes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

Art. 119. Aos juizes federais compete processar e julgar, em primeira instancia:

I — as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou à do Trabalho, conforme determinação legal;

II — as causas entre Estado estrangeiro, ou organismo internacional, e pessoa domiciliada ou residente no Brasil;

III — as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV — os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V — os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VI — os crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve;

VII — os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência, ou quando o constrangimento provier de autoridade, cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII — os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal ou dos Tribunais Federais de Recursos;

IX — as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

X — os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro; a execução das cartas rogatórias, após o *exequatur*, e das sentenças estrangeiras, após a homologação; as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na Capital do Estado ou Território em que tiver domicílio a outra parte. As intentadas contra a União poderão ser aforadas na Capital do Estado ou Território em que for domiciliado o autor; na Capital do Estado em que se verificou o ato ou fato que deu origem à demanda ou esteja situada a coisa; ou ainda no Distrito Federal.

§ 2º As causas propostas perante outros juizes, se a União nelas intervir, como assistente ou oponente, passarão a ser da competência do juiz federal respectivo.

§ 3º A lei poderá permitir que a ação fiscal seja proposta noutro foro, e atribuir ao Ministério Público estadual a representação judicial da União.

Seção V — Dos Tribunais e Juizes Militares

Art. 120. São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e juizes inferiores instituídos por lei.

Art. 121. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitais, nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais-generais da ativa da Marinha de Guerra, quatro entre oficiais-generais da ativa do Exército, três entre oficiais-generais da ativa da Aeronáutica Militar e cinco entre civis.

§ 1º Os Ministros civis serão brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, livremente escolhidos pelo Presidente da República, sendo:

a) três de notório saber jurídico e idoneidade moral, com prática forense de mais de dez anos;

b) dois auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico.

§ 2º Os juizes militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos Ministros dos Tribunais Federais de Recursos.

Art. 122. A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1º Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no § 1º.

§ 3º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra.

Seção VI — Dos Tribunais e Juizes Eleitorais

Art. 123. Os órgãos da Justiça Eleitoral são os seguintes:

- I — Tribunal Superior Eleitoral;
- II — Tribunais Regionais Eleitorais;
- III — Juizes Eleitorais;
- IV — Juntas Eleitorais.

Parágrafo único. Os juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente, no mínimo, por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos; os substitutos serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 124. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da União, compor-se-á:

I — mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juizes, entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) de dois juizes, entre os membros do Tribunal Federal de Recursos da Capital da União;

c) de um juiz, entre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

II — por nomeação do Presidente da República, de dois entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá Presidente um dos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

Art. 125. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Art. 126. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I — mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juizes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois juizes, dentre juizes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II — de juiz federal e, havendo mais de um, do que for escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos;

III — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá Presidente um dos dois desembargadores do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

§ 2º O número dos juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais é irredutível, mas poderá ser elevado, por lei, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 127. A lei disporá sobre a organização das juntas eleitorais que serão presididas por juiz de direito e nomeados seus membros pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, depois de aprovação deste.

Art. 128. Compete aos juizes de direito exercer as funções plenas de juizes eleitorais, podendo eles outorgar a outros juizes funções não decisórias.

Art. 129. Os juizes e membros dos tribunais e juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no

que lhes fôr aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

Art. 130. A lei estabelecerá a competência dos juizes e Tribunais Eleitorais, incluindo-se entre as suas atribuições:

I — o registro e a cassação de registro dos partidos políticos, assim como a fiscalização das suas finanças;

II — a divisão eleitoral do país;

III — o alistamento eleitoral;

IV — a fixação das datas das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V — o processamento e apuração das eleições, e a expedição dos diplomas;

VI — a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e os conexos, e bem assim o de *habeas corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral;

VIII — o julgamento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos.

Art. 131. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, quando:

I — proferidas contra expressa disposição de lei;

II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III — versarem a inelegibilidade, ou expedição de diploma nas eleições federais e estaduais;

IV — denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Art. 132. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariem esta Constituição, as denegatórias de *habeas corpus* e mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Seção VII — Dos Juízos e Tribunais do Trabalho

Art. 133. Os órgãos da Justiça do Trabalho são os seguintes:

I — Tribunal Superior do Trabalho;

II — Tribunais Regionais do Trabalho;

III — Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete juizes, com a denominação de ministros, sendo:

a) onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal; sete entre magistrados da Justiça do Trabalho, dois entre advogados no efetivo exercício da profissão; e dois entre membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, todos com os requisitos do art. 113, § 1º;

b) seis classistas e temporários, em representação paritária dos empregadores e dos trabalhadores, nomeados pelo Presidente da República, de conformidade com o que a lei dispuser.

§ 2º A lei fixará o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e respectivas sedes e instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos Juizes de Direito.

§ 3º Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

§ 4º A lei, observado o disposto no § 1º, disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de empregadores e trabalhadores.

§ 5º Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de dois terços de juizes togados vitalícios e um terço de juizes classistas temporários, assegurada, entre os juizes togados, a participação de advogados e membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, nas proporções estabelecidas na alínea a do § 1º.

Art. 134. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho regidas por lei especial.

§ 1º A lei especificará as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

§ 2º Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da Justiça ordinária.

Art. 135. As decisões do Tribunal Superior do Trabalho são irrecorríveis, salvo se contrariarem esta Constituição, caso em que caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Seção VIII — Da Justiça dos Estados

Art. 136. Os Estados organizarão a sua justiça, observados os arts. 108 a 112 desta Constituição e os dispositivos seguintes:

I — o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso de provas e de títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; a indicação dos candidatos far-se-á, sempre que possível, em lista triplíce;

II — a promoção de juizes far-se-á de entrância a entrância, por antigüidade e por merecimento alternadamente, observado o seguinte:

a) a antigüidade apurar-se-á na entrância, assim como o merecimento, mediante lista triplíce, quando praticável;

b) no caso de antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até se fixar a indicação;

c) somente após dois anos de exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite o lugar vago.

III — o acesso aos Tribunais de segunda instância dar-se-á por antigüidade e por merecimento, alternadamente. A antigüidade apurar-se-á na última entrância, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça. No caso de antigüidade, o Tribunal de Justiça poderá recusar o juiz mais antigo, pelo voto da maioria dos desembargadores, repetindo-se a votação até se fixar a indicação. No caso de merecimento, a lista triplíce se comporá de nomes escolhidos dentre os juizes de qualquer entrância.

IV — Na composição de qualquer Tribunal será preenchido um quinto dos lugares por advogados em efetivo exercício da profissão, e membros do Ministério Público, todos de notório merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Os lugares no Tribunal reservados a advogados ou membros do Ministério Público serão preenchidos, respectivamente, por advogados ou membros do Ministério Público, indicados em lista triplíce.

§ 1º A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça:

a) Tribunais inferiores de segunda instância, com alçada em causas de valor limitado, ou de espécies, ou de umas e outras;

b) juizes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e poderão substituir juizes vitalícios;

c) justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei e com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou irrecorríveis;

d) justiça militar estadual, tendo como órgão de primeira instância os conselhos de justiça e de segunda um tribunal especial ou o Tribunal de Justiça.

§ 2º Em caso de mudança da sede do juízo, é facultado ao juiz remover-se para ela ou para comarca de igual entrância, ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais.

§ 3º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça processar e julgar os membros do Tribunal

de Alçada e os juizes de inferior instância, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, quando se tratar de crimes eleitorais.

§ 4º Os vencimentos dos juizes vitalícios serão fixados com diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores.

§ 5º Somente de cinco em cinco anos, salvo proposta do Tribunal de Justiça, poderá ser alterada a organização judiciária.

§ 6º Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça a alteração do número dos seus membros.

Seção IX — Do Ministério Público

Art. 137. A lei organizará o Ministério Público da União junto aos juizes e tribunais federais.

Art. 138. O Ministério Público federal tem por chefe o Procurador-Geral da República. O Procurador será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no artigo 113, § 1º.

§ 1º Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios, ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária, ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2º A União será representada em juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer esse encargo, nas comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art. 139. O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo anterior.

Parágrafo único. Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 108, § 1º, e artigo 136, § 4º.

TÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS

CAPÍTULO I

DA NACIONALIDADE

Art. 140. São brasileiros:

I — Natos:

a) os nascidos em território brasileiro, ainda que de pais estrangeiros, não estando estes a serviço de seu país;

b) os nascidos fora do território nacional, de pai ou de mãe brasileiros, estando ambos ou qualquer deles a serviço do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, não estando estes a serviço do Brasil, desde que, registrados em repartição brasileira competente no exterior, ou não registrados, venham a residir no Brasil antes de atingir a maioridade. Neste caso, alcançada esta, deverão, dentro de quatro anos, optar pela nacionalidade brasileira.

II — Naturalizados:

a) os que adquiriram a nacionalidade brasileira, nos termos do art. 69, números IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

b) pela forma que a lei estabelecer:

1 — os nascidos no estrangeiro, que hajam sido admitidos no Brasil durante os primeiros cinco anos de vida, radicados definitivamente no território nacional. Para preservar a nacionalidade brasileira, deverão manifestar-se por ela, inequivocamente, até dois anos após atingir a maioridade;

2 — os nascidos no estrangeiro que, vindo residir no País antes de atingida a maioridade, façam curso superior em estabelecimento nacional e requeiram a nacionalidade até um ano depois da formatura;

3 — os que, por outro modo, adquirirem a nacionalidade brasileira, exigida aos portugueses apenas residência por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física.

§ 1º São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos, Senador, Deputado Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e de Território e seus substitutos.

§ 2º Além das previstas nesta Constituição, nenhuma outra restrição se fará a brasileiro em virtude da condição de nascimento.

Art. 141. Perde a nacionalidade o brasileiro:

I — que, por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II — que, sem licença do Presidente da República, aceitar comissão, emprêgo ou pensão de governo estrangeiro;

III — que, em virtude de sentença judicial, tiver cancelada a naturalização por exercer atividade contrária ao interesse nacional.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS POLITICOS

Art. 142. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei.

§ 1º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

§ 2º Os militares são alistáveis desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

§ 3º Não podem alistar-se eleitores:

a) os analfabetos;

b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

c) os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 143. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos, na forma que a lei estabelecer.

Art. 144. Além dos casos previstos nesta Constituição, os direitos políticos:

I — suspendem-se:

a) por incapacidade civil absoluta;

b) por motivo de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos.

II — perdem-se:

a) nos casos do art. 141;

b) pela recusa, baseada em convicção religiosa, filosófica ou política, a prestação de encargo ou serviço impostos aos brasileiros em geral;

c) pela aceitação de título nobiliário ou condecoração estrangeira que importe restrição de direito de cidadania ou dever para com o Estado brasileiro.

§ 1º Nos casos do nº II deste artigo, a perda de direitos políticos determina a perda de mandato eletivo, cargo ou função pública; e a suspensão dos mesmos direitos, nos casos previstos neste artigo, acarreta a suspensão de mandato eletivo, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinaram.

§ 2º A suspensão ou perda dos direitos políticos será decretada pelo Presidente da República, nos casos do art. 141, I e II, e do nº II, b e c, deste artigo, e, nos demais, por decisão judicial, assegurando-se sempre ao paciente ampla defesa.

Art. 145. São inelegíveis os inalistáveis.

Parágrafo único. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço será, ao se candidatar a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;

b) o militar em atividade, com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatar a cargo eletivo será afastado, temporariamente, do serviço ativo, e agregado para tratar de interesse particular;

c) o militar não excluído, se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva ou reformado, nos termos da lei.

Art. 146. São também inelegíveis:

I — Para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) o Presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, lhe haja sucedido ou o tenha substituído;

b) até seis meses depois de afastados definitivamente de suas funções, os Ministros de Estado, Governadores, Interventores Federais, Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, Comandantes de Exército, Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e da Aeronáutica, Prefeitos, Juizes, Membros do Ministério Público Eleitoral, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, os Secretários de Estado, o responsável pela direção geral da polícia federal e os Chefes de Polícia, os Presidentes, Diretores e Superintendentes de sociedades de economia mista, autarquias e empresas públicas federais;

II — para Governador e Vice-Governador:

a) em cada Estado, o governador que haja exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, quem lhe haja sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído; o Interventor federal que tenha exercido as funções por qualquer tempo, no período imediatamente anterior;

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente da República e os que hajam assumido a presidência;

c) até seis meses depois de cessadas definitivamente as suas funções, os que forem inelegíveis para Presidente da República, salvo os mencionados nas alíneas a e b deste número; e ainda os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e os Governadores de outros Estados;

d) em cada Estado, até seis meses depois de cessadas definitivamente as suas funções, os comandantes de região, zona aérea, distrito naval, guarnição militar e polícia militar, Secretários de Estado, Chefes dos Gabinetes Civil e Militar de Governador, Chefes de Polícia, Prefeitos municipais, magistrados federais e estaduais, chefes do Ministério Público, presidentes, superintendentes e diretores de bancos da União, dos Estados ou dos Municípios, sociedades de economia mista, autarquias e empresas públicas estaduais, assim como dirigentes de órgãos e de serviços da União ou de Estado, qualquer que seja a natureza jurídica de sua organização, que executem obras ou apliquem recursos públicos;

e) quem, à data da eleição, não contar, nos quatro anos anteriores, pelo menos dois anos de domicílio eleitoral no Estado;

III — para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) quem houver exercido o cargo de Prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e quem lhe tenha sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) até seis meses depois de cessadas definitivamente suas funções, as pessoas mencionadas no item II e as autoridades policiais e militares com jurisdição no Município ou no Território;

c) quem, à data da eleição, não contar pelo menos dois anos de domicílio eleitoral no Estado durante os últimos quatro anos, ou, no Município, pelo menos um ano, nos últimos dois anos.

IV — para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal:

a) as autoridades mencionadas nos itens I, II e III, nas mesmas condições nelas estabelecidas, e os Governadores dos Territórios, salvo se deixarem

definitivamente as funções até seis meses antes do pleito;

b) quem, durante os últimos quatro anos anteriores à data da eleição, não contar, pelo menos, dois anos de domicílio eleitoral no Estado ou Território.

V — para as Assembléias Legislativas:

a) as autoridades referidas nos itens I, II e III, até quatro meses depois de cessadas definitivamente as suas funções;

b) quem não contar, pelo menos, dois anos de domicílio eleitoral no Estado.

Parágrafo único. Os preceitos deste artigo aplicam-se aos titulares, efetivos ou interinos, dos cargos mencionados.

Art. 147. São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção:

I — do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou do substituto que tenha assumido a presidência, para:

a) Presidente e Vice-Presidente;

b) Governador;

c) Deputado ou Senador, salvo se já tiverem exercido o mandato eletivo pelo mesmo Estado;

II — do Governador ou Interventor Federal em cada Estado, para:

a) Governador;

b) Deputado ou Senador;

III — de Prefeito, para:

a) Governador;

b) Prefeito.

Art. 148. A lei complementar poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade visando à preservação:

I — do regime democrático;

II — da probidade administrativa;

III — da normalidade e legitimidade das eleições, contra o abuso do poder econômico e do exercício dos cargos ou funções públicas.

CAPÍTULO III

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 149. A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;

II — personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos;

III — atuação permanente, dentro de programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sem vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;

IV — fiscalização financeira;

V — disciplina partidária;

VI — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos diretórios locais;

VII — exigência de dez por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles, bem assim dez por cento de deputados, em, pelo menos, um terço dos Estados, e dez por cento de senadores;

VIII — proibição de coligações partidárias.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 150. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e con-

vicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei.

§ 2º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5º E' plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes.

§ 6º Por motivo de crença religiosa, ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se a invocar para eximir-se de obrigação legal imposta a todos, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.

§ 7º Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiros, nos termos da lei, assistência religiosa às forças armadas e auxiliares e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de infração coletiva.

§ 8º E' livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição a censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. E' assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

§ 9º São invioláveis a correspondência e o sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas.

§ 10. A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode penetrar nela, à noite, sem consentimento do morador, a não ser em caso de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e na forma que a lei estabelecer.

§ 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento nem de confisco. Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação militar aplicável em caso de guerra externa. A lei disporá sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de função pública.

§ 12. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao Juiz competente, que a relaxará, se não fôr legal.

§ 13. Nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente. A lei regulará a individualização da pena.

§ 14. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário.

§ 15. A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá fôro privilegiado nem tribunais de exceção.

§ 16. A instrução criminal será contraditória, observada a lei anterior quanto ao crime e à pena, salvo quando agravar a situação do réu.

§ 17. Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel, ou do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 18. São mantidas a instituição e a soberania do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 19. Não será concedida a extradição do estrangeiro por crime político ou de opinião, nem em caso algum, a de brasileiro.

§ 20. Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não caberá *habeas corpus*;

§ 21. Conceder-se-á mandado de segurança, para proteger direito individual líquido e certo não amparado por *habeas corpus*, seja qual fôr a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 22. E' garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 157, VI, § 1º. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

§ 23. E' livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 24. A lei garantirá aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização e assegurará a propriedade das marcas de indústria e comércio, bem como a exclusividade do nome comercial.

§ 25. Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar.

§ 26. Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá entrar com seus bens no território nacional, nêles permanecer ou dêle sair, respeitados os preceitos da lei.

§ 27. Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião.

§ 28. E' garantida a liberdade de associação. Nenhuma associação poderá ser dissolvida, senão em virtude de decisão judicial.

§ 29. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

§ 30. E' assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra abusos de autoridade.

§ 31. Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

§ 32. Será concedida assistência judiciária aos necessitados, na forma da lei.

§ 33. A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei nacional do de cujos.

§ 34. A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações.

§ 35. A especificação dos direitos e garantias expressas nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Art. 151. Aquêles que abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8º, 23, 27 e 28 do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão destes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla defesa.

Parágrafo único. Quando se tratar de titular de mandato eletivo federal, o processo dependerá de licença da respectiva Câmara, nos termos do artigo 34, § 3º.

CAPÍTULO V

DO ESTADO DE SÍTIO

Art. 152. O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio nos casos de:

I — grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção;

II — guerra.

§ 1º O decreto de estado de sítio especificará as regiões que deva abranger, nomeará as pessoas

incumbidas de sua execução e as normas a serem observadas.

§ 2º O estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas:

a) obrigação de residência em localidade determinada;

b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns;

c) busca e apreensão em domicílio;

d) suspensão da liberdade de reunião e de associação;

e) censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas;

f) uso ou ocupação temporária de bens das autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, assim como a suspensão do exercício do cargo, função ou emprego nas mesmas entidades.

§ 3º A fim de preservar a integridade e a independência do país, o livre funcionamento dos Poderes e a prática das instituições, quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas estabelecidas em lei.

Art. 153. A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a sessenta dias, podendo ser prorrogada por igual prazo.

§ 1º Em qualquer caso o Presidente da República submeterá o seu ato ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de cinco dias.

§ 2º Se o Congresso Nacional não estiver reunido, será convocado imediatamente pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 154. Durante a vigência do estado de sítio e sem prejuízo das medidas previstas no art. 151, também o Congresso Nacional, mediante lei, poderá determinar a suspensão de garantias constitucionais.

Parágrafo único. As imunidades dos deputados federais e senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio, pelo voto secreto de dois terços dos membros da Casa a que pertencer o congressista.

Art. 155. Findo o estado de sítio, cessarão os seus efeitos e o Presidente da República, dentro de trinta dias, enviará mensagem ao Congresso Nacional com a justificação das providências adotadas.

Art. 156. A inobservância de qualquer das prescrições relativas ao estado de sítio tornará ilegal a coação e permitirá ao paciente recorrer ao Poder Judiciário.

TITULO III

DA ORDEM ECONOMICA E SOCIAL

Art. 157. A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I — liberdade de iniciativa;

II — valorização do trabalho como condição da dignidade humana;

III — função social da propriedade;

IV — harmonia e solidariedade entre os fatores de produção;

V — desenvolvimento econômico;

VI — repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 2º A lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões, sobre as características dos

títulos, a taxa dos juros, o prazo e as condições de resgate.

§ 3º A desapropriação de que trata o § 1º é de competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto neste artigo, conforme for definido em lei.

§ 4º A indenização em títulos somente se fará quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 5º Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

§ 6º Nos casos de desapropriação, na forma do § 1º do presente artigo, os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade desapropriada.

§ 7º Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei.

§ 8º São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei da União, quando indispensável por motivos de segurança nacional, ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.

§ 9º Para atender à intervenção no domínio econômico, de que trata o parágrafo anterior, poderá a União instituir contribuições destinadas ao custeio dos respectivos serviços e encargos, na forma que a lei estabelecer.

§ 10. A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum.

§ 11. A produção de bens supérfluos será limitada por empresa, proibida a participação de pessoa física em mais de uma empresa ou de uma em outra, nos termos da lei.

Art. 158. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I — salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

II — salário-família aos dependentes do trabalhador;

III — proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil;

IV — salário de trabalho noturno superior ao diurno;

V — integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidos;

VI — duração diária do trabalho não excedente de oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos especialmente previstos;

VII — repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;

VIII — férias anuais remuneradas;

IX — higiene e segurança do trabalho;

X — proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres;

XI — descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário;

XII — fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão

e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais;

XIII — estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente;

XIV — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XV — assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;

XVI — previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;

XVII — seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes do trabalho;

XVIII — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos;

XIX — colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;

XX — aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral;

XXI — greve, salvo o disposto no art. 157, § 7º.

§ 1º Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 2º A parte da União no custeio dos encargos a que se refere o nº XVI deste artigo será atendida mediante dotação orçamentária, ou com o produto de contribuições de previdência arrecadadas, com caráter geral, na forma da lei.

Art. 159. É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei.

§ 1º Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas.

§ 2º É obrigatório o voto nas eleições sindicais.

Art. 160. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo:

I — obrigação de manter serviço adequado;

II — tarifas que permitam a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III — fiscalização permanente e revisão periódica das tarifas, ainda que estipuladas em contrato anterior.

Art. 161. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1º A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dada exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

§ 2º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

§ 3º A participação referida no parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto único sobre minerais.

§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

Art. 162. A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei.

Art. 163. As empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

§ 1º Somente para complementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica.

§ 2º Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas, as autarquias e sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações.

§ 3º A empresa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.

Art. 164. A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência à aquisição de até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e de sua família.

Parágrafo único. Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

Art. 165. A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

Parágrafo único. Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, assim como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes devem ser brasileiros natos.

Art. 166. São vedadas a propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão:

I — a estrangeiros;

II — a sociedades por ações ao portador;

III — a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto os partidos políticos.

§ 1º Somente a brasileiros natos caberá a responsabilidade, a orientação intelectual e administrativa das empresas referidas neste artigo.

§ 2º Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiodifusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção.

TÍTULO IV

DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 167. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.

§ 1º O casamento é indissolúvel.

§ 2º O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se observados os impedimentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no registro público.

§ 3º O casamento religioso celebrado sem as formalidades deste artigo terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4º A lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à adolescência.

Art. 168. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1º O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§ 2º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.

§ 3º A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

I — o ensino primário somente será ministrado na língua nacional;

II — o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;

III — o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior;

IV — o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio;

V — o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior será feito, sempre, mediante prova de habilitação, consistindo em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial;

VI — é garantida a liberdade de cátedra.

Art. 169. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e, a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, o qual terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

§ 1º A União prestará assistência técnica e financeira para o desenvolvimento dos sistemas estaduais e do Distrito Federal.

§ 2º Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 170. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes.

Parágrafo único. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em co-operação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores.

Art. 171. As ciências, as letras e as artes são livres.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará a pesquisa científica e tecnológica.

Art. 172. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 173. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I — pelo Governo Federal, com base nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964; nº 2, de 27 de outubro de 1965; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; e nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Atos Complementares dos mesmos Atos Institucionais;

II — as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores, fundados nos referidos Atos Institucionais;

III — os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no item I;

IV — as correções que, até 27 de outubro de 1965, hajam incidido, em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, sobre vencimen-

tos, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer dos Podêres da República.

Art. 174. A posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos em 3 de outubro de 1966, realizar-se-á a 15 de março de 1967.

Art. 175. A primeira eleição geral de Deputados e a parcial de Senadores, assim como a dos Governadores e Vice-Governadores, realizar-se-ão a 15 de novembro de 1970.

Art. 176. É respeitado o mandato em curso dos Prefeitos cuja investidura deixará de ser eletiva por força desta Constituição e, nas mesmas condições, o dos eleitos a 15 de novembro de 1966.

Art. 177. Fica assegurada a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de ofício de justiça nomeados até a vigência desta Constituição, assim como a estabilidade de funcionários já amparados pela legislação anterior.

§ 1º O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos nessa legislação.

§ 2º São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração centralizada ou autárquica, que, à data da promulgação desta Constituição, contem, pelo menos, cinco anos do serviço público.

Art. 178. Ao ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e Marinha Mercante do Brasil, que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade, se funcionário público;
- b) aproveitamento no serviço público, sem a exigência do disposto no art. 95, § 1º;
- c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da administração centralizada ou autárquica;
- d) aposentadoria com pensão integral aos vinte e cinco anos de serviço, se contribuinte da previdência social;
- e) promoção, após interstício legal e se houver vaga;
- f) assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos.

Art. 179. O disposto no art. 73, § 3º, *in fine*, combinado com o art. 109, III, não se aplica aos Ministros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios que estejam no exercício de funções legislativas ou que hajam sido eleitos titulares ou suplentes no pleito realizado a 15 de novembro de 1966.

Art. 180. A redução da despesa de pessoal da União, Estados ou Municípios, prevista no art. 66, § 4º, deverá efetivar-se até 31 de dezembro de 1970.

Parágrafo único. Ficam excluídos da limitação estabelecida no art. 65, § 5º, os créditos especiais ou extraordinários vigentes em 15 de março de 1967.

Art. 181. Fica extinto o Conselho Nacional de Economia. Seus membros ficarão em disponibilidade até o término dos respectivos mandatos, e seus funcionários e servidores serão aproveitados no serviço público.

Art. 182. No exercício de 1967, a percentagem da arrecadação que constituir receita da União, a que se refere o art. 26, será de oitenta e seis por cento, cabendo o restante, em parte iguais, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 183. Dentro de cento e oitenta dias, a partir da vigência desta Constituição, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei regulando a complementação da mudança, para a Capi-

tal da União, dos órgãos federais que ainda permanecem no Estado da Guanabara.

Art. 184. O patrimônio dos partidos políticos extintos por força do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, será transferido a qualquer das organizações políticas devidamente registradas. A transferência incluirá ativo e passivo das entidades, cabendo ao último presidente de cada organização extinta promover a execução da medida determinada neste dispositivo.

Art. 185. O disposto no art. 94, § 1º, não prejudica as concessões honoríficas anteriores a esta Constituição.

Art. 186. É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

Art. 187. O Governo da União erigirá um monumento a Luiz Alves de Lima e Silva, na localidade do seu nascimento, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 188. Os Estados reformarão suas Constituições dentro em sessenta dias, para adaptá-las, no que couber, às normas desta Constituição, as quais, findo esse prazo, considerar-se-ão incorporadas automaticamente às Cartas estaduais.

Parágrafo único. As Constituições dos Estados poderão adotar o regime de leis delegadas, proibidos os decretos-leis.

Art. 189. Esta Constituição será promulgada, simultaneamente, pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional e entrará em vigor no dia 15 de março de 1967.

Brasília, 24 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A MESA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

João Baptista Ramos
Presidente

José Bonifácio Lafayette de Andrada
Vice-Presidente

Nilo de Souza Coelho
1º Secretário

Henrique de La Rocque
2º Secretário

Aniz Badra
3º Secretário

Ary Alcântara
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

Auro Soares Moura Andrade
Presidente

Camilo Nogueira da Gama
1º Vice-Presidente

Vivaldo Palma Lima Filho
2º Vice-Presidente

Dinarte de Medeiros Mariz
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Edward Cattete Pinheiro
3º Secretário em exercício

Joaquim Santos Parente
4º Secretário em exercício

SUMÁRIO

	Artigos	Págs.
TÍTULO I — DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL		
Capítulo I — Disposições preliminares	1 a 7	353
Capítulo II — Da Competência da União	8 a 12	353
Capítulo III — Da Competência dos Estados e Municípios	13 a 16	354
Capítulo IV — Do Distrito Federal e dos Territórios		357
Capítulo V — Do Sistema Tributário	41 a 42	358
Capítulo VI — Do Poder Legislativo	29 a 40	357
Seção I — Disposições Gerais	18 a 28	355
Seção II — Da Câmara dos Deputados	17	355
Seção III — Do Senado Federal	43 a 45	358
Seção IV — Das Atribuições do Poder Legislativo	46 a 48	358
Seção V — Do Processo Legislativo	49 a 62	358
Seção VI — Do Orçamento	63 a 70	360
Seção VII — Da Fiscalização Financeira	71 a 73	361
Capítulo VII — Do Poder Executivo		361
Seção I — Do Presidente e do Vice-Presidente da República	74 a 82	361
Seção II — Das Atribuições do Presidente da República	83	362
Seção III — Da Responsabilidade do Presidente da República	84 a 85	362
Seção IV — Dos Ministros de Estado	86 a 88	362
Seção V — Da Segurança Nacional	89 a 91	362
Seção VI — Das Forças Armadas	92 a 94	363
Seção VII — Dos Funcionários Públicos	95 a 106	363
Capítulo VIII — Do Poder Judiciário		364
Seção I — Disposições Preliminares	107 a 112	364
Seção II — Do Supremo Tribunal Federal	113 a 115	365
Seção III — Dos Tribunais Federais de Recursos	116 a 117	365
Seção IV — Dos Juizes Federais	118 a 119	365
Seção V — Dos Tribunais e Juizes Militares	120 a 122	366
Seção VI — Dos Tribunais e Juizes Eleitorais	123 a 132	366
Seção VII — Dos Juizes e Tribunais do Trabalho	133 a 135	367
Seção VIII — Da Justiça dos Estados	136	367
Seção IX — Do Ministério Público	137 a 139	368
TÍTULO II — DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS		
Capítulo I — Da Nacionalidade	140 a 141	368
Capítulo II — Dos Direitos Políticos	142 a 148	368
Capítulo III — Dos Partidos Políticos	149	369
Capítulo IV — Dos Direitos e Garantias Individuais	150 a 151	369
Capítulo V — Do Estado de Sítio	152 a 156	369
TÍTULO III — DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL	157 a 166	371
TÍTULO IV — DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA	167 a 172	372
TÍTULO V — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	173 a 189	373

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

Organizado pelo Serviço de Divulgação da
Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral

	Págs.		Págs.
— A —			
ACUMULAÇÃO		ARRECAÇÃO	
— De cargos, por funcionários. (Art. 97 ns. I a III e §§)	363	— Competência do Congresso Nacional. (Artigo 56 nº III)	358
ADOLESCENCIA		— Em 1967, a sua percentagem que constitui receita da União, art. 26, será de 86% cabendo o restante, em partes iguais, aos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Art. 182)	376
— Assistência será instituída em lei. (Artigo 167 § 4º)	372	— União. Terá 20% distribuídos pelos Estados e Municípios. (Arts. 26 a 28)	366
ALISTAMENTO		ARTES	
— São eleitores os maiores de 18 anos. (Artigo 142)	368	— São livres. O Poder Público incentivará sua prática. (Art. 171 Parágrafo único)	373
ALISTÁVEIS		ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	
— São os oficiais, aspirantes, guardas-marinha, subtenentes e suboficiais, sargentos e alunos de escolas militares superiores. (Artigo 142 § 2º)	368	— Emendas à Constituição poderão ser propostas pela maioria de seus membros. (Artigo 50 nº III)	360
ANISTIA		— Inelegibilidade. (Art. 146 nº V letras a e b e Parágrafo único)	360
— Competência do Congresso Nacional. (Artigo 46 nº VIII)	358	— Resoluções que não serão apreciadas pelo Judiciário (Art. 173 nº II)	376
APOSENTADORIA		ASSOCIAÇÃO	
— Ex-combatentes. (Art. 178 letras c e d)	373	— A profissional é livre e sua constituição, sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas do Poder Público reguladas em lei. (Art. 159)	372
— Magistrado. (Art. 108 § 1º)	364	ASSISTÊNCIA	
— Mulheres. (Art. 100 § 1º)	363	— Adolescentes. (Art. 167 § 4º)	372
— Na forma da legislação anterior. (Artigo 177 § 1º)	373	— Artes. (Art. 171)	373
— Proventos. (Art. 101 e §§)	364	— Ciências. (Art. 171)	373
— Serviço Público. (Art. 100 ns. I, II e §§) ..	363	— Ex-combatentes. (Art. 178 letra f)	373
APRECIÇÃO JUDICIÁRIA		— Maternidade. (Art. 167 § 4º)	372
— Não estão sujeitos os atos do Comando Supremo da Revolução de 31.3.64; os do Governo Federal com base nos Atos Institucionais 1º, 2º, 3º e 4º e nos Complementares dos mesmos; as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores que hajam cassado ou declarado impedimento de Governadores, Deputados, Vereadores e Prefeitos, fundados nos respectivos Atos Institucionais; os atos de natureza Legislativa expedida com base nos Atos Institucionais e Complementares no Item I do artigo 173; as correções que, até 27.10.65, hajam incidido sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer Poder. (Art. 173 ns. I a IV)	373	— Infância. (Art. 167 § 4º)	372
APRENDIZAGEM		ATO JURÍDICO PERFEITO	
— As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, em cooperação, para seus trabalhadores menores. (Artigo 170 Parágrafo único)	373	— A lei não o prejudicará. (Art. 150 § 3º) ...	369
APROVEITAMENTO		ATOS COMPLEMENTARES	
— Ex-combatentes. (Art. 178 letras a e b) ...	373	— Os atos nêles baseados não podem ser apreciados judicialmente. (Art. 173 nº I)	373
AREAS		ATOS INSTITUCIONAIS	
— Indispensáveis à segurança nacional serão fixadas em lei. (Art. 91 nº II e Parágrafo único)	363	— Os baseados nos de números: 1, 2, 3 e 4 não podem ser apreciados judicialmente. (Artigo 173 nº I)	373
		ATRIBUIÇÕES	
		— Congresso Nacional. Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre tributos, arrecadação e distribuição de renda, orçamento, abertura e operações de crédito, dívida pública, emissões de curso forçado, planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais, criação e extinção de cargos e — Fixação de vencimentos, fixação das forças armadas para o tempo de paz, limites do território nacional, o espaço aéreo, os bens do domínio da União, transferência temporária da sede do Governo da União, e concessão de anistia. (Art. 46)	358

	Págs.		Págs.
— Delegação. Salvo exceção é vedada a transferência de atribuições. (Art. 6 Parágrafo único)	353	CARGO	
— Ministro de Estado. (Art. 87)	362	— Criação, extinção e vencimentos são da competência do Congresso Nacional. (Artigo 46)	358
— B —			
BANDEIRA		— Preenchimento é da competência exclusiva de iniciativa do Presidente da República. (Art. 60)	359
— Símbolo nacional. (Art. 1º § 2º)	353	CASAMENTO	
BENS		— Base da Família, indissolubilidade. (Artigo 167 § 1º)	372
— Supérfluos. Sua produção será limitada por empresa, com limitações e proibições. (Artigo 157 § 11)	371	— Civil e religioso. Equivalência. (Art. 167 §§ 2º e 3º)	372
— União. Entre eles a porção de terras devolutas indispensáveis à defesa nacional, ou essencial ao desenvolvimento econômico; lagos e correntes d'agua em terrenos do seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro; ilhas oceânicas, fluviais e lacustres, zonas limitrofes com outros países; plataforma submarina; terras ocupadas pelos silvicultores; as que atualmente lhe pertencem. (Artigo 4 e §§)	353	CASSAÇÃO DE MANDATOS	
— União — Lagos e nos terrenos do seu domínio e a que têm nascente e foz no território estadual e as ilhas fluviais e lacustres, e as terras devolutas não compreendidas no art. 4º. (Art. 5)	353	— As resoluções das Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores que tenham cassado mandatos ou declarado impedimento com base em Atos Institucionais não serão apreciadas judicialmente. (Art. 173 nº II)	373
— União — São da atribuição de legislar do Congresso Nacional. (Art. 46)	358	CATEDRA	
— C —			
CABOTAGEM		— Garantia de liberdade. (Art. 168 nº VI)	372
— Para o transporte de mercadorias e privada dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública. Condições. (Art. 165 e Parágrafo único)	372	CIENCIAS	
CALAMIDADE PÚBLICA		— São livres, cabendo ao Poder Público incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas. (Art. 171)	373
— Admissível abertura de crédito extraordinário. (Art. 64 § 2º)	360	CLASSIFICAÇÃO	
CÂMARA		— Servidores. (Art. 106)	364
— Competência privativa. Declaração de procedência de acusação contra o Presidente da República e Ministros de Estado. Proceder tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso. (Art. 42)	358	COISA JULGADA	
— Composição. Voto direto e secreto. Mandato. (Arts. 41 e 42)	358	— A lei não a prejudicará. (Art. 150 § 3º)	369
— Eleições — As gerais, de deputados e parciais de senadores, de governador e vice, serão a 15.11.970. (Art. 175)	373	COLÉGIO ELEITORAL	
— Emenda a Constituição poderá ser proposta por seus membros. (Art. 50)	359	— Composição. (Art. 76 §§ 1º, 2º e 3º)	361
— Inelegibilidade. (Art. 146 nº IV e Parágrafo único e Art. 147 ns. I c e II b)	369	— Eleição de Presidente da República. (Artigo 76)	361
— Regimento. Disporá sobre sua organização, política, criação e provimento de cargos e Comissões. (Art. 32)	357	— Funcionamento. (Art. 76 § 3º)	361
— Vereadores. Suas resoluções sobre cassação de mandatos declaração de impedimento, não serão apreciadas pelo judiciário. (Artigo 173 nº II)	373	— Local e data de reunião. (Art. 77)	361
CAMPOS DE POUSO		— Realização de eleição. (Art. 77 §§ 1º e 2º)	361
— Sua concessão depende de parecer do Conselho de Segurança Nacional, no que se refere a problemas de Segurança. (Art. 91 nº II b)	363	COLIGAÇÃO	
CAPITAL		— Proibida a dos Partidos. (Art. 149 nº VIII)	369
— Distrito Federal é a da União. (Art. 2)	353	COMANDO SUPREMO	
— Brasília. Transferência dos órgãos ainda na Guanabara será o objeto de projeto a ser encaminhado até 180 dias da data desta Constituição, pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. (Art. 183)	373	— Revolução de 31.3.64. Atos excluídos da apreciação judicial. (Art. 173)	373
		COMISSÕES DE INQUERITO	
		— Câmara e Senado juntos ou separadamente, poderão criá-las na forma prevista. (Artigo 39)	357
		COMPETÊNCIA	
		— Congresso Nacional:	
		— Disporá sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre tributos, arrecadação e distribuição de renda, orçamento, abertura e operações de crédito, dívida pública, emissões de curso forçado, planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais, criação e extinção de cargos e fixação de vencimentos, fixação das forças armadas para o tempo de paz, limites do Território Nacional, o espaço aéreo, os bens do domínio da União, transferência temporária da sede do Governo da União, a concessão de anistia. (Art. 46)	358
		— Fiscalização financeira, através do controle externo. (Art. 71)	361
		— Intervenção federal nos Estados. (Artigos 11 e 12)	354

	Págs.		Págs.
— Julgamento do Presidente da República nos crimes de responsabilidade e, no caso de conexão, dos ministros de Estado; processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e Procurador-Geral da República. (Art. 44)	358	— Governadores e secretários. (Art. 122 § 2º)	366
— Distrito Federal. Decretação de Imposto. (Art. 24)	356	— Militares e assemelhados. (Art. 122)	366
— Estados. Decretação de imposto. (Art. 24)	356	— Supremo Tribunal Federal:	
— Juiz Federal. Aprovação de indicados. (Artigo 118 §§ 1º e 2º)	365	— Processos originários. (Art. 114 nº I)	365
— Conselho de Segurança Nacional. (Artigo 91 ns. I, II e III e Parágrafo único)	363	— Recursos extraordinários. (Art. 114 nº III)	365
— Justiça Eleitoral:		— Recursos ordinários. (Art. 114 nº II)	365
— Alistamento. (Art. 130 nº III)	367	— Tribunais:	
— Crimes. Processo a julgamento. (Art. 130 nº VII)	367	— Eleição de seus Presidentes e demais órgãos, elaboraram registros e organizam serviços auxiliares na forma prevista, concedem licenças e férias aos seus juizes e serventuários. (Art. 110 ns. I, II e III)	364
— Eleição. Marcação. (Art. 130 nº IV)	367	— Tribunal Federal de Recursos:	
— Eleição. Realização e apuração. (Art. 130 nº V)	367	— Recursos. (Art. 117 nº II)	365
— Diplomação. (Art. 130 nº V)	367	— Privativa. (Art. 116 § 2º)	365
— Divisão Eleitoral. (Art. 130 nº II)	367	— Originariamente. (Art. 117 nº I e Parágrafo único)	363
— Inelegibilidade. Arguição. (Art. 130 nº VI)	367	— Tribunal de Justiça:	
— Juizes e Tribunais. (Art. 130)	367	— Alteração do número de membros. (Artigo 136 § 6º)	368
— Partidos. Julgamento de reclamações. (Artigo 130 nº VIII)	367	— Julgamento dos membros do Tribunal de Alçada e juizes de instância inferior. (Artigo 136 § 3º)	367
— Registro, Cassação e Fiscalização. (Artigo 130 nº I)	367	— Vencimentos. (Art. 136 § 4º)	368
— Ministro de Estado:		— União:	
— (Art. 87 ns. I, II, III e IV)	362	— Decretação dos impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação de produtos nacionais ou nacionalizados, propriedade territorial rural, rendas e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias, produtos industrializados, operações de crédito, câmbio, seguro, títulos e valores imobiliários, serviço de transporte e comunicações, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, energia elétrica, minerais do País. (Art. 22 ns. e §§)	355,
— Municípios:		— Manter as relações internacionais, declarar a guerra e fazer a paz; estado de sítio; organização das forças armadas; planejamento e garantia da segurança nacional; trânsito de forças estrangeiras pelo território nacional, bem como sua permanência temporária; autorização e fiscalização da produção e o comércio de material bélico; organizar e manter a polícia federal com finalidades específicas; emitir moeda; fiscalizar operações de crédito, capitalização e seguros; estabelecer plano nacional de viação, manter serviço postal e o Correio Aéreo Nacional; organizar a defesa permanente contra calamidades, especialmente secas e inundações; estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento; estabelecer planos nacionais de educação e saúde; explorar mediante autorização ou concessão, os serviços de telecomunicações, energia elétrica, navegação aérea, via de transporte entre os portos marítimos e fronteiras nacionais, ou transponham os limites de um Estado ou Território; conceder anistia; legislar sobre execução da Constituição e serviços federais; sobre direito civil, penal, comercial, processual, eleitoral, agrário, aéreo, marítimo e do trabalho, normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social, defesa e proteção da saúde, regime penitenciário, produção e consumo, registros públicos e juntas comerciais, desapropriação, requisições civis e militares em tempo de guerra, sobre jazidas, minas e outros recursos minerais, metalurgia, florestas, caça e pesca, águas, energia e telecomunicações; sistema monetário e de medidas; títulos e garantias dos metais; política de crédito, câmbio, comércio exterior e interestadual, transferência de valores para fora do País; regime de portos e da navegação de cabotagem fluvial e lacustre; trafego e trânsito nas vias terrestres; nacionalidade, cidadania, naturalização; incorporação dos silvícolas, comunhão nacional; emigração e	
— Decretação de impostos. (Arts. 25 números I e II)	356		
— Poder Executivo:			
— Iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Art. 67)	360		
— Presidente da República:			
— Privativa (Art. 83)	362		
— Exclusiva a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou a despesa pública; fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas; disponham sobre a administração do Distrito Federal e Territórios. (Art. 60 ns. I a IV)	359		
— Senado Federal:			
— Privativa para aprovar previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, quando exigido pela Constituição, o Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios, dos chefes de Missão diplomática de caráter permanente e outros servidores, autoriza empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, legislar sobre o Distrito Federal na forma do art. 1 § 1º e exercer as atribuições mencionadas no art. 71, suspender em todo ou em parte, a execução da lei ou decreto declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Art. 45 ns. I a V)	358		
— Privativa para julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e, no caso de conexão, os Ministros de Estado processar e julgar os Ministro do Supremo Tribunal Federal e Procurador-Geral da República. (Art. 44 ns. I, II e Parágrafo único)	358		
— Superior Tribunal Militar:			
— Processar e julgar crimes militares. (Artigo 122)	366		
— Cíveis em casos previstos. (Art. 122 § 1º) ..	366		

	Págs.		Págs.
imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros; Diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos, condições de capacidade para o exercício de profissões liberais e técnico-científicas; uso dos símbolos nacionais; organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, sistema estatístico e cartográfico nacionais; organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, sua convocação e mobilização. (Art. 8 ns. e §§)	353	CORREÇÃO	
COMPOSIÇÃO		— Não será apreciada judicialmente a que, até 27.10.65, haja incidido sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de qualquer dos poderes. (Art. 173 nº IV)	373
— A da Câmara dos Deputados será por voto direto e secreto, em cada Estado e Território. (Art. 41)	358	CRÉDITO	
CONCESSÕES HONORIFICAS		— Abertura e operações são da competência do Congresso Nacional. (Art. 46)	358
— As anteriores à Constituição, não ficam prejudicadas frente ao art. 94 § 1º. (Artigo 185)	374	— Competência. Poder Executivo tem a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Art. 67 § 2º)	360
CONCURSO		— Especial. Como o extraordinário, não poderá ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo quando o ato de autorização foi promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, caso em que poderão vigir até o término do exercício subsequente. (Art. 65 § 5º)...	360
— Para funcionário público. (Arts. 95 e §§ e 106 § 1º)	363	— Especial. Sua abertura vedada à lei orçamentária e sua execução, sem previa autorização legislativa e sem a indicação da receita correspondente. (Art. 64 Parágrafo único)	360
CONFLITO		— Extraordinário. Abertura admitida somente em caso de necessidade imprevista como guerra, calamidade pública ou subversão interna. (Art. 64 § 2º)	360
— Internacional deverá ser solvido por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação de organismos internacionais de que o País participe. (Artigo 7)	353	— Como o especial, não poderá ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo quando o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, caso em que poderão vigir até o término do exercício subsequente. (Art. 65 § 5º)	360
— Vedada a guerra de conquista. (Art. 7 Parágrafo único)	358	— Ilimitado. Tem sua concessão vedada à lei orçamentária. (Art. 64 Parágrafo único)..	360
CONGRESSO NACIONAL		— Suplementar. Tem sua abertura vedada à lei orçamentária e sua execução, sem previa autorização legislativa e sem a indicação da receita correspondente. (Art. 64 Parágrafo único)	360
— Estado de Sítio. Convocação para apreciar ato. (Art. 153 §§ 1º e 2º)	371	— Vigentes em março de 1967 ficam excluídos da limitação estabelecida no art. 65 § 5º. (Art. 180 Parágrafo único)	360
— Funcionamento, convocações e sessões conjuntas. (Art. 31)	357	CRIME DE RESPONSABILIDADE	
— Leis Complementares. Sua aprovação pelas casas legislativas. (Art. 53)	369	— Ministro de Estado, o não comparecimento a convocação da Câmara e do Senado. (Art. 88 Parágrafo único)	362
— Suplentes. Sua convocação pela Câmara e Senado se fará no caso de licença por mais de 4 meses, ou vaga. Se não houver suplente será comunicado ao TSE, se faltarem mais de 9 meses de mandato. (Art. 38 § 1º)	357	— Presidente da República, os que atentarem contra a Constituição Federal. Repunição em lei especial que estabelecem normas de processo e julgamento. Arquivamento de processo. (Arts. 84 e 85)	362
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL		CULTURA	
— Assessoramento do Presidente da República. (Art. 90)	363	— Seu amparo é dever do Estado. (Art. 172)	373
— Competência. (Art. 91)	363	— D —	
— Composição. (Art. 90 §§ 1º e 2º)	363	DANOS	
— Especificações. (Art. 91 Parágrafo único) ..	363	— Responsabilidades de pessoas jurídicas e de funcionários. (Art. 105)	364
— Organização. (Art. 90 § 2º)	363	DECRETO-LEI	
CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA		— Em caso de urgência ou de interesse público relevante, mas sem aumento de despesa, o Presidente da República poderá expedir decretos com força de lei sobre matéria que especifica. (Art. 58)	359
— Extinto, ficando seus membros em disponibilidade até o término dos mandatos. Aproveitamento dos funcionários no serviço público. (Art. 181)	373	DEFICIT	
CONSTITUIÇÃO		— Quando o orçamentário, no exercício, sua execução demonstrar a possibilidade de deficit superior a 10% do total da receita estimada o Executivo proporá ao Legislativo medidas para o restabelecimento do equilíbrio. (Art. 66 § 3º)	360
— Estadual, deve se adaptar à Federal dentro de 60 dias, findo os quais as normas desta considerar-se-ão autenticamente incorporadas àquela. (Art. 188)	374		
— Estadual deve respeitar princípios mencionados na Federal. (Art. 13)	354		
— Emenda só poderá ser aproveitada à Câmara ou ao Senado contendo a quarta parte de seus membros. (Art. 50)	359		
— Emenda. Não a receberá durante a vigência do estado de sítio. (Art. 50 § 2º)	359		
CONVICÇÃO			
— Filosófica ou a política, por motivo de crença política, ninguém perderá qualquer de seus direitos, salvo caso especificado. (Artigo 150 § 6º)	369		

	Págs.		Págs.
DELEGAÇÃO			
— Atribuições não podem ser transferidas. (Art. 6 Parágrafo único)	353	modo de cobrir o deficit. (Art. 63 ns. I e II)	360
DELIBERAÇÃO		— Obedecerá a lei orçamentária anual que não contiver dispositivo estranho à fixação da despesa e previsão da receita, salvo exceções declaradas. (Art. 63)	360
— Da Câmara e do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros salvo disposição constitucional em contrário. (Art. 33)	357	DIREITO	
DEMISSÃO		— Adquirido. (Art. 150 § 3º)	369
— De funcionário público. (Art. 103 ns. I, II e Parágrafo único)	364	— Associação. (Art. 150 § 28)	369
DEPUTADO		— Ato jurídico perfeito. (Art. 150 § 3º)	369
— Inelegibilidade para Assembléia. (Art. 146 nº V e Parágrafo único)	369	— Autor. (Art. 150 § 25)	369
— Inelegibilidade para Câmara. (Art. 146 nº IV e Parágrafo único e Art. 147 nº I c e nº II b)	369	— Bens. Entrada e saída. (Art. 150 § 26)	369
— Mandato. Perda por deputado e senador. (Art. 37 ns. I a IV e §§ 1º a 3º)	357	— Estrangeiros. Sua sucessão. (Art. 150 § 33)	369
— Será conservado se licenciado para exercer cargo de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado e Prefeito de Capital. Não poderá reassumir antes do término da licença concedida. (Art. 38 e § 1º)	357	— Censura. (Art. 150 § 8º)	369
— Proibição. Vetada a prática de atos. (Artigo 36)	357	— Certidão. (Art. 150 § 34)	369
— Direitos. Decretação de perda. (Art. 144 § 2º)	368	— Cobrança. (Art. 150 § 29)	369
DESAPROPRIAÇÃO		— Coisa julgada. (Art. 150 § 3º)	369
— Propriedade rural. (Art. 157 §§ 1º, 3º, 5º e 6º)	371	— Consciência. (Art. 150 §§ 5º e 6º)	369
— Reforma agrária. (Art. 157 § 5º)	371	— Contraditório. (Art. 150 § 16)	369
DESPESA		— Convicção filosófica e política. (Art. 150 § 8º)	369
— Administração Indireta. Sua receita será incluída no Orçamento. (Art. 65 § 1º)	360	— Correspondência. (Art. 150 § 9º)	370
— Aumento. Competência de iniciativa exclusiva do Presidente da República. (Art. 60)	359	— Corrupção. (Art. 151)	369
— Aumento por meio de emenda à lei orçamentária somente será cabível nas Comissões do Legislativo. (Art. 67 § 2º)	360	— Culto. (Art. 150 §§ 5º e 6º)	369
— Leis que a autorizem, criem ou aumentem são da competência do Executivo. (Art. 67)	360	— Custas. (Art. 150 § 17)	369
— Montante, em cada exercício não poderá exceder o total das receitas estimadas. (Art. 66)	360	— Defesa. (Art. 150 § 15)	369
— Pessoal da União, Estados ou Municípios, não excederá 50% das receitas orçamentárias. (Art. 66 § 4º)	360	— Detento. (Art. 150 § 14)	369
— Pessoal. Redução prevista no art. 66 § 4º deverá efetivar-se até 31.12.70. (Art. 180)	373	— Dívida. (Art. 150 § 17)	369
— Verba. Nenhuma obra, projeto ou programa que se prolongue além de um exercício financeiro poderá tê-la consignada no orçamento anual. (Art. 65 § 4º)	360	— Entrada de Bens. (Art. 150 § 26)	369
DESPESA AUTORIZADA		— Estrangeiros. (Art. 150 § 19)	369
— Montante de cada exercício não poderá ser superior ao total das despesas estimadas para o mesmo período. (Art. 66 § 1º letras a e b)	360	— Exigência. (Art. 150 § 29)	369
— Montante em cada exercício não excederá o total das receitas estimadas para o mesmo período, salvo aplicação prevista. (Artigo 66)	360	— Extradicação de estrangeiro e brasileiro. (Artigo 150 § 19)	369
DESPESA DE CAPITAL		— Fazer ou deixar de fazer. (Art. 150 § 2º)	369
— Obedecerá os orçamentos plurianuais de investimento, na forma da lei complementar. (Art. 63 Parágrafo único)	360	— Fôro privilegiado. (Art. 150 § 15)	369
DESPESA PÚBLICA		— "Habeas Corpus. (Art. 150 §§ 20 e 21)	369
— Lei orçamentária poderá conter dispositivos que autorizem a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita; a aplicação de saldo e o		— Igualdade perante a lei. (Art. 150 § 1º)	369
		— Informação sem censura. (Art. 150 § 8º)	369
		— Instrução criminal contraditória. (Art. 150 § 16)	369
		— Integridade física e moral do detento e presidiário. (Art. 150 § 14)	369
		— Inventos. (Art. 150 § 24)	369
		— Inviolabilidade de correspondência. (Artigo 150 § 9º)	369
		— Inviolabilidade do lar. (Art. 150 § 10)	369
		— Ir e vir. (Art. 150 § 20)	369
		— Jornais. (Art. 150 § 8º)	369
		— Lar. Sua inviolabilidade. (Art. 150 § 10)	369
		— Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual. (Art. 150 § 4º)	369
		— Livros. (Art. 150 § 8º)	369
		— Locomoção. (Art. 150 § 20)	369
		— Magistratura. (Art. 150 § 18)	369
		— Mandado de Segurança. (Art. 150 § 21)	368
		— Mandato. Sua perda. (Art. 144 § 1º)	368
		— Multas. (Art. 150 § 17)	369
		— Obrigação de fazer ou deixar de fazer. (Art. 150 § 2º)	369
		— Outros direitos. (Art. 150 § 35)	369
		— Pena de morte, prisão perpétua, banimento e confisco. (Art. 150 § 11)	369
		— Pena. Sua individualização. (Art. 150 § 13)	369
		— Pensamento. (Art. 150 § 5º)	369
		— Perda de qualquer deles nunca poderá ser determinada por motivo de crença religiosa, ou convicção filosófica ou política, salvo no caso especificado. (Art. 150 § 6º)	369
		— Petição. (Art. 150 § 30)	368
		— Político. Alistamento. (Art. 142 § 1º)	368
		— Alistar. (Art. 142 § 2º)	368
		— Decretação de Perda de Direitos. (Art. 144 § 2º)	368
		— Eleitor. (Art. 142)	368
		— Inalistáveis. (Art. 142 § 3º)	368
		— Inelegibilidade. (Art. 145 Parágrafo único)	368
		— Perda. (Art. 144 nº II)	368
		— Perda de Mandato Eletivo. (Art. 144 § 1º)	368
		— Representação proporcional. (Art. 144 nº II a, b e c)	368
		— Sufrágio Universal. (Art. 143)	368
		— Suspensão. (Art. 144 nº I — a e b)	368
		— Voto. (Art. 142 § 1º)	368

	Págs.		Págs.
— Voto direto. (Art. 143)	368	ELEIÇÃO	
— Voto secreto. (Art. 143)	368	— Congresso Nacional. Para deputados e senadores será ao mesmo tempo em todo o País. (Art. 30)	357
— Presidiário. (Art. 150 § 14)	369	— Deputado. A primeira geral será em 15 de novembro de 1970. (Art. 175)	373
— Privilégios. (Art. 150 § 24)	369	— Governador e Vice. A primeira será em 15 de novembro de 1970. (Art. 175)	373
— Propriedade. (Art. 150 § 22)	369	ELEITOR	
— Publicações. (Art. 150 § 8º)	369	— (Art. 142)	368
— Punição para preconceito de raça. (Artigo 150 § 1º)	369	EMENDAS	
— Representação. (Art. 150 § 30)	369	— Aumento de despesa. Os projetos de lei orçamentária ou que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens a servidor, concedam subvenção, ou, de qualquer modo aumentem a despesa pública somente sofrerão emendas nas comissões do Poder Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço dos membros da Câmara respectiva pedir ao seu Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões. (Art. 67 § 2º)	360
— Reunião. (Art. 150 § 27)	369	— Constituição. Aceita por mais de metade das Assembléias Legislativas dos Estados, será apresentada ao Senado. (Art. 50)	359
— Saída de bens. (Art. 150 § 26)	369	— Necessário a assinatura da quarta parte dos membros da Câmara ou Senado. (Art. 50)	359
— Soberania do Juiz. (Art. 150 § 18)	369	— Nos casos do art. 50, itens I, II e III, será discutida e votada pelo Congresso Nacional dentro de 60 dias do seu recebimento, em duas sessões, e considerada aprovada quando obtiver em ambas as votações a maioria dos votos dos membros das duas casas do Congresso. (Art. 50)	359
— Trabalho. (Art. 150 § 23)	369	— Poderão ser propostas pelos membros da Câmara e Senado, pelo Presidente da República, pelas Assembléias Legislativas dos Estados. (Art. 50)	359
— Trabalhador. Os seus estão previstos. (Artigo 158)	369	— Promulgação será pelas mesas da Câmara e do Senado. (Art. 52)	359
— Tribunal de excessão. (Art. 150 § 15)	369	— Orçamento. Não serão objeto de deliberação as que apresentadas ao orçamento dos quais decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objeto. (Art. 67 § 1º)	366
— Tributo. (Art. 150 § 29)	369	EMISSÃO	
DISCIPLINA PARTIDÁRIA		— Competência do Congresso Nacional a de curso forçado. (Art. 46)	358
— (Art. 149 nº V)	369	EMPREGO PÚBLICO	
DISPONIBILIDADE		— Seu preenchimento, é da competência de iniciativa exclusiva do Presidente da República. (Art. 60)	359
— De magistrado. (Art. 108 § 2º)	364	EMPRESA CONCESSIONÁRIA	
DISTRITO FEDERAL		— A lei disporá sobre o regime das encarregadas de serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo a obrigação de manter serviço adequado, tarifas que permitam justa remuneração do capital, melhoramentos e expansão dos serviços, fiscalização permanente e revisão periódica das tarifas, ainda que estipulados em convênio anterior. (Art. 160)	372
— Capital da União. (Art. 2)	353	EMPRESA JORNALÍSTICA	
— Competência para decretar impostos que enumera. (Art. 24)	356	— Vedada sua propriedade e administração a estrangeiros, sociedade por ações ao portador, sociedades que tenham acionistas ou sócios estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partido político. Somente a brasileiros caberá a responsabilidade, a orientação intelectual e administrativa dos órgãos publicitários. Outras condições. (Art. 166 §§ 1º e 2º)	372
— O que lhe é vedado fazer. (Art. 9)	354		
— Organização administrativa e Judiciária. (Art. 17)	355		
— Prefeito será nomeado pelo Presidente da República depois de aprovada pelo Senado a indicação. (Art. 17 § 2º)	355		
— Símbolos próprios. (Art. 1º § 3º)	353		
— Sua administração é da competência exclusiva de iniciativa do Presidente da República. (Art. 60)	359		
DÍVIDA PÚBLICA			
— Competência do Congresso Nacional. (Artigo 46)	358		
DOCUMENTOS			
— Ficam sob proteção especial do Poder Público. (Art. 172 Parágrafo único)	373		
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
— O numerário correspondente constante dos sub-anexos orçamentários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional será entregue no início de cada trimestre, em cotas correspondentes a três duodécimos. Créditos adicionais terão o mesmo tratamento. (Art. 70 e Parágrafo único)	361		
DOTAÇÕES PLURIANUAIS			
— Serão consignadas no orçamento, para a execução de planos de valorização de regiões menos desenvolvidas. (Art. 65 § 6º)	360		
— E —			
EDUCAÇÃO			
— É direito de todos; será dada no lar e na escola; igualdade de oportunidade; sobre princípios de unidade nacional, idéias de liberdade e solidariedade humana. (Artigo 168)	372		
EFETIVAÇÃO			
— De funcionário público. (Art. 99 § 1º)	363		
ELEGIBILIDADE			
— Congresso Nacional. (Art. 30 e Parágrafo único ns. I a III)	357		
— Presidente da República e Vice. (Art. 75)	361		

EMPRESA PRIVADA

- Com o estímulo e o apoio do Estado, às empresas privadas compete, preferencialmente, organizar e explorar as atividades econômicas sobre o petróleo. Especificações a respeito. (Art. 163) 372

EMPRÉSTIMO

- O Compulsório somente a União pode instituir. (Art. 19) 355

ENERGIA HIDRÁULICA

- Exploração depende de autorização e concessão federal, dada exclusivamente a brasileiros ou sociedade organizada no país. Especificação de direitos e obrigações. (Artigo 161) 372

ENSINO

- Legislação adotará seguintes princípios: somente será ministrado na língua nacional; obrigatório a todos dos 7 aos 14 anos, e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais; o ulterior ao primário será também gratuito para quantos, demonstrando aproveitamento, não tenham recursos suficientes; o Poder Público substituirá a gratuidade pela concessão de bolsas, exigindo o reembolso futuro no caso de ensino superior; o religioso, facultativo, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio. (Art. 168 §§ 1º, 2º, 3º e ns. I a IV) 372
- Livre à iniciativa particular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo. (Art. 168 §§ 1º e 2º) 372
- Ministrado, nos diferentes graus pelos Poderes Públicos. (Art. 168 §§ 1º e 2º) 372
- Primário. É gratuito e obrigatoriamente mantido pelas empresas comerciais, industriais e agrícolas, para seus empregados e filhos destes. (Art. 170) 373
- Sistemas serão organizados pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e União. O federal, de caráter supletivo, se estenderá a todo o País, nos limites das deficiências locais. A União prestará assistência técnica e financeira para o desenvolvimento dos sistemas estaduais e do Distrito Federal. Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente, serviços de assistência educacional assegurando aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar. (Art. 169 §§ 1º e 2º) 373

EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

- Restabelecimento deve ser proposto pelo Executivo ao Legislativo, quando, no curso do exercício financeiro a execução orçamentária demonstrar a possibilidade de déficit superior a 10% do total da receita estimada. (Art. 66 § 3º) 360

EQUIPARAÇÃO

- De funcionários. (Art. 96) 363

ESTABILIDADE

- Ex-combatente. (Art. 178 letra a) 373
- Funcionário. (Art. 99) 363
- Funcionário. Assegurada a dos já amparados pela legislação anterior. (Art. 177) ... 373
- Funcionário. Estáveis os atuais servidores da União, Estados ou Municípios, administração centralizada ou autárquica que, na data da Constituição, contem, pelo menos 5 anos de serviço público. (Art. 177 § 2º) ... 373

ESTADO

- Ajuda. Receberá 10% da União. (Art. 26) 356

Págs.

- Bens. Entre os seus se incluem os lagos e rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual e as ilhas fluviais e lacustres, e as terras devolutas não compreendidas no art. 4º (Artigo 5º) 353
- Competência para decretar os impostos enumerados. (Art. 24) 356
- Intervenção pela União. (Art. 10) 354
- Novos. Sua criação, como de Territórios, dependerá de lei complementar. (Art. 3º) 353
- Organização se regerá pela Constituição e leis que adotar, respeitados os princípios da Constituição Federal mencionados. (Art. 13) 354
- Representação na Câmara dos Deputados é irredutível. (Art. 41) 358
- Símbolos. (Art. 1º § 3º) 353
- Vedado. (Art. 9º ns. I a III) 354

ESTADO DE SÍTIO

- Constituição. Não poderá ser emendada na sua vigência. (Art. 50 § 2º) 359
- Decretação. Poderá ser pelo Presidente da República nos casos de grave perturbação de ordem, ou ameaça de sua irrupção, e guerra. (Art. 152 ns. I e II) 370
- Duração. Salvo em caso de guerra, não será superior a 60 dias podendo ser prorrogada por igual prazo. Apresentação do ato ao Congresso em 5 dias. Convocação do Congresso se estiver em recesso. (Art. 153 §§ 1º e 2º) 371
- Garantias. Durante sua vigência, também o Congresso poderá determinar suspensão de garantias constitucionais. (Art. 154) .. 371
- Imunidades. Na vigência do Estado de Sítio as dos deputados e senadores poderão ser suspensas pelo voto de dois terços dos membros da Casa a que pertencer o congressista. (Art. 154 Parágrafo único) 371
- Instituição. O decreto que o determinar especificará a região que deva abranger, nomeará as pessoas incumbidas de sua execução e normas a serem observadas. (Artigo 152 § 1º) 370
- Restrições. Decretação autoriza medidas coercitivas estipuladas. (Art. 152 § 2º) 370
- Vigência. Durante não poderá ser emendada a Constituição. (Art. 50 § 2º) 359

ESPAÇO AÉREO

- Competência do Congresso Nacional. (Artigo 46 nº VI) 358

ESTÂNCIAS HIDRO-MINERAIS

- Nomeação de prefeitos. (Art. § 1º letra a) 354

ESTORNO DE VERBA

- Vedado na lei orçamentária e sua execução. (Art. 64 Parágrafo único) 360

ESTRADA

- A internacional depende de parecer do Conselho de Segurança Nacional, no que se refere a problemas de Segurança. (Art. 91 nº II letra b) 363

ESTRANGEIROS

- Vedado a estes a propriedade ou a administração de empresa jornalística de qualquer espécie. (Art. 166 nº I) 372

EXAME DE CONTAS

- Pelo Tribunal de Contas obedecerá determinações específicas na Constituição. (Artigo 71 e §§) 361

EX-COMBATENTES

- Aos da FEB, FAB, Marinhas de Guerra e Mercante que tenham efetivamente participado de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial são assegurados direitos. (Artigo 178) 373

Págs.

	Págs.		Págs.
— Aposentadoria. (Art. 178 letras c e d)	373	— Aposentadoria. O que satisfizer ou venha a satisfazer dentro de um ano as condições para aposentadoria na forma vigente, apresentar-se-á com direitos e vantagens previstas na legislação atual. (Art. 177 § 1º)	373
— Aproveitamento. (Art. 178 letra b)	373	— Aumento de cargos e de despesa. (Art. 106 §§ 1º e 2º)	364
— Assistência. (Art. 178 letra f)	373	— Cargos. (Arts. 95 a 106)	363
— Estabilidade. (Art. 178 letra a)	373	— Concurso:	
— Promoção. (Art. 178 letra e)	373	(Art. 95 § 1º)	363
EXECUTIVO		(Art. 106 § 1º)	364
— Poder da União. (Art. 6)	353	— Danos causados. (Art. 105)	364
EXERCÍCIO FINANCEIRO		— Demissão. (Art. 103)	364
— Lei federal disporá sobre ele, elaboração e organização dos orçamentos públicos. (Artigo 64)	366	— Efetivação. (Art. 99 § 1º)	363
EXTINÇÃO DE CARGO PÚBLICO		— Equiparação ou vínculo. (Art. 96)	363
— (Art. 99 § 2º)	363	— Estabilidade. (Art. 99)	363
— F —		— Estabilidade dos amparados pela legislação anterior. (Art. 177)	373
FAMÍLIA		— Estáveis os atuais servidores da União, Estados ou Municípios que, na data da Constituição, contem pelo menos, 5 anos de serviço público. (Art. 177 § 2º)	373
— Sua contribuição pelo casamento e direito à proteção do Poder Público. (Art. 167)	372	— Extinção de cargo. (Art. 99 § 2º)	363
FEDERAÇÃO		— Inatividade. (Art. 101 ns. II e III)	364
— Supressão não poderá ser objeto de emenda à Constituição. (Art. 50 nº III)	359	— Judiciário. Sujeitos às normas da seção VII. (Art. 106 e §§)	364
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA		— Legislação Trabalhista. (Art. 104)	364
— Partidos Políticos. (Art. 149 nº IV)	369	— Legislativo. Sujeitos às normas da seção VII. (Art. 106 e §§)	364
— Será exercida pelo Congresso Nacional através de controle externo, e dos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei. (Art. 71)	361	— Mandato eletivo. (Art. 102 e §§ 1º e 2º)	364
FORÇAS ARMADAS		— Níveis. (Art. 106)	364
— Acumulação:		— Nomeação dos do Legislativo e Judiciário. (Art. 106 § 1º)	364
(Art. 94 § 6º)	363	— Paridade. (Art. 106)	364
(Art. 97 nº III)	363	— Proventos da Aposentadoria. (Art. 101 números I e II e §§ 1º, 2º e 3º)	364
(Art. 101 §§ 1º, 2º e 3º)	364	— Responsabilidade. (Art. 105)	364
— Comando. (Art. 92 § 2º)	363	— Tempo de serviço. (Art. 101 § 1º e art. 102)	364
— Condições para oficialato. (Art. 94 § 8º)	363	— Vitaliciedade. (Art. 98)	363
— Constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais, sob a autoridade suprema do Presidente da República. (Art. 92)	363	FUNÇÕES	
— Desempenho de função. (Art. 94 §§ 2º, 4º e 5º)	363	— Cidadão investido em função de um Poder não poderá exercer a de outro. (Art. 6 Parágrafo único)	353
— Fixação e modificação de seu efetivo são da competência de iniciativa exclusiva do Presidente da República. (Art. 60 nº III)	359	— Preenchimento. E' da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis criando cargos e funções. (Art. 60)	359
— Finalidade. (Art. 92 § 1º)	363	FUNÇÕES DELEGADAS	
— Garantias. (Art. 94)	363	— As do Poder público às Associações Profissionais e Sindicatos compreendem: arrecadação, contribuição para custeio de atividade dos órgãos e execução de programa de interesse da categoria por eles representada. (Art. 159 § 1º)	372
— Inatividade. (Art. 94 § 6º)	363	FUNDOS	
— Instituição nacional, permanente e regular sob a autoridade suprema do Presidente da República. (Art. 92)	363	— Aplicação sua regulada por lei. (Art. 28 § 1º)	356
— Isenção. (Art. 93 Parágrafo único)	363	— G —	
— Limitação de idade. (Art. 94 § 7º)	363	GARANTIA INDIVIDUAL	
— Patentes. (Art. 94)	363	— Assegurada a todo residente no País, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos que especifica. (Art. 150)	369
— Perda de posto. (Art. 94 § 2º)	363	GOVERNADOR	
— Reserva. (Art. 94 e §§ 1º, 3º, 4º e 6º)	363	— Eleição sua a 15.11.70 (Art. 175)	373
— Serviço Militar. (Art. 93)	363	— Inelegibilidade:	
— Sua fixação em tempo de paz, é da competência do Congresso Nacional. (Art. 46)	358	(Art. 146 nº II)	369
— Títulos. (Art. 94 § 1º)	363	(Art. 146 Parágrafo único)	369
— Transferência. (Art. 94 § 3º)	363	(Art. 147 nº I b)	369
— Uniformes. (Art. 94 § 1º)	363	(Art. 147 nº II)	369
— Vencimentos e vantagens. (Art. 94 §§ 5º e 6º)	363	— O do Território nomeará os prefeitos municipais. (Art. 17 § 3º)	355
FORÇAS ESTRANGEIRAS		— O do Território será nomeado pelo Presidente da República depois de aprovada pelo Senado a indicação. (Art. 17 § 2º)	355
— Compete ao Congresso Nacional, autorizar o Presidente da República a permitir a permanência e o trânsito de forças estrangeiras no território nacional. (Art. 47)	358		
FUNCIONÁRIO			
— Acumulação de cargos permissão e proibição. (Art. 97)	363		
— Aposentadoria. (Art. 100)	364		

	Págs.		Págs.
GOVERNO		— Governador:	
— Regime representativo. (Art. 1º)	353	(Art. 146 nº II)	369
		(Art. 147 ns. I b, II a e III a)	369
GREVE		— Outras poderão ser estabelecidas por lei. (Art. 148 ns. I, II e III)	369
— Não será permitida nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei. (Ar- tigo 157 § 7º)	371	— Prefeito. (Art. 146 nº III e Parágrafo único) (Art. 147 nº III a)	369
		— Presidente da República. (Art. 146 nº I e Parágrafo único)	369
GUERRA		(Art. 147 nº I a)	369
— (Art. 7º Parágrafo único)	353	— Vice Governador. (Art. 146 nº II e Pará- grafo único)	369
— Compete à União decretar impostos extras e temporários no caso de guerra. (Art. 23)	356	— Vice Presidente. (Art. 146 nº I e Parágrafo único)	369
— No caso será admitida a abertura de cré- dito extraordinário. (Art. 64 § 2º)	360	(Art. 147 nº I a)	369
— Vedada a de conquista. (Art. 7º Parágrafo único)	353	INELEGÍVEIS	
		— (Art. 145 e Parágrafo único)	368
— H —		INFANCIA	
HINO		— Sua assistência será instituída por lei. (Ar- tigo 167 § 4º)	372
— Símbolo nacional. (Art. 1º § 2º)	353	INTERVENÇÃO	
		— Apreciação pelo Congresso do ato do Pre- sidente da República. (Art. 12)	354
— I —		— Competência do Presidente da República para decretá-la. (Art. 11)	354
IMPEDIMENTO		— Da União nos Estados. (Art. 10)	354
— Funcionário será afastado enquanto durar mandato eletivo. Vantagem. (Art. 122 §§ 1º e 2º)	364	— Facultada no domínio econômico e o mono- pólio de determinada indústria ou atividade quando indispensável por motivo de segu- rança nacional, ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de competição e liberdade de iniciativa, assegurados direitos e garantias individuais. (Art. 157 §§ 8º e 9º)	371
— Resoluções das Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores, que tenham cassado mandatos ou declarado impedimento com base em Atos Institucionais não serão apre- ciadas judicialmente. (Art. 173 nº II)	373	— Participação da Procuradoria-Geral da Re- pública. (Art. 11 letra c)	354
		— Participação do Supremo Tribunal Federal. (Art. 11 letras a, b e c)	354
IMPOSTOS		— Participação do Tribunal Superior Eleitoral. (Art. 11 letra b)	354
— Competência da União a decretação de im- postos sobre importação de produtos es- trangeiros, exportação de produtos nacio- nais ou nacionalizados, propriedade terri- torial rural, rendas e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias, produtos industrializados, operações de cré- dito, câmbio, seguro, títulos e valores imo- biliários, serviço de transporte e comunica- ções, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, energia elétrica, minerais do País. (Art. 22)	355	IRREDUTIBILIDADE	
		— De Magistrado. (Art. 108 nº III)	364
IMUNIDADES		— J —	
— Deputados e senadores, na forma prevista. (Art. 34)	357	JAZIDAS	
— Deputados e senadores poderão ter suspen- sos durante o estado de sítio, pelo voto de dois terços dos membros da Casa a que per- tencer o congressista. (Art. 154 Parágrafo único)	371	— Arqueológicas ficam sob proteção especial do Poder Público (Art. 172 Parágrafo único)	373
		— Exploração depende de autorização e con- cessão federal, dada exclusivamente a bra- sileiros ou sociedade organizada no país. Especificação de direitos e obrigações. (Ar- tigo 161 e §§)	372
INALISTÁVEIS		JORNAL	
— (Art. 142 § 3º)	368	— Livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a presta- ção de informações sem sujeição a censura, salvo quanto a espetáculos e diversões pú- blicas. (Art. 150 § 8º)	369
INAMOVIBILIDADE		— Vedada sua propriedade e administração a estrangeiros, sociedade por ações ao porta- dor, sociedades que tenham acionistas ou sócios estrangeiros ou pessoas jurídicas, ex- ceto partido político. Somente a brasileiros cabrerá a responsabilidade, a orientação intelectual e administrativa dos órgãos pu- blicitários. Outras condições. (Art. 166 §§ 1º e 2º)	372
— De Magistrado. (Art. 108 nº II)	364	JUDICIÁRIO	
INATIVIDADE		— Poder da União. (Art. 6º)	353
— De servidor público. (Art. 101 §§ 2º e 3º)	364	— Poderá ser provocado a decidir no caso de inobservância de qualquer prescrição rela- tiva ao Estado de Sítio. (Art. 156)	371
INDÚSTRIAS			
— Que interessam a Segurança Nacional. (Art. 91 nº II c)	363		
INELEGIBILIDADE			
— Assembléa Legislativa. (Art. 146 nº V e Parágrafo único)	369		
— Câmara e Senado. (Art. 146 nº IV e Pará- grafo único)	369		
(Art. 147 ns. I b e II b)	369		

	Págs.		Págs.
JUIZ ELEITORAL		LEI DELEGADA	
— (Art. 123)	366	— Será elaborada pelo Presidente da República, Comissão do Congresso Nacional ou qualquer de suas Casas. O que não poderá ser motivo para lei delegada. Tramitação de projeto. Números para votação. (Artigos 55, 56 e 57)	359
— Competência para o exercício do cargo. (Art. 128)	366		
— Garantias. (Art. 129)	366		
JUIZ FEDERAL		LEI FEDERAL	
— Ação Fiscal. (Art. 119 § 3º)	366	— Disporá sobre o exercício financeiro, e elaboração e organização dos orçamentos públicos. (Art. 64)	360
— Ação Judiciária. (Art. 118 § 1º)	365		
— Competência. (Art. 119)	366		
— Condições. (Art. 118)	365		
— Foro. (Art. 119 § 1º)	366		
— Funcionários. (Art. 118 § 2º)	365	LEI ORÇAMENTARIA	
— Juizes Substitutos. (Art. 118 § 2º)	365	— Competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Artigo 67)	360
— Nomeação. (Art. 118)	365	— Despesa pública a obedecerá. Inadmissível dispositivos estranhos. O que não é proibido. (Art. 63)	360
— Número de Juizes. (Art. 118 § 2º)	365	— Execução. São vedados: estorno de verbas; concessão de créditos ilimitados; abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação da receita correspondente; a realização por qualquer Poder de despesa que exceda as verbas votadas pelo Legislativo, salvo as autorizadas em crédito extraordinário. (Artigo 64 Parágrafo único)	360
— Serventuários. (Art. 118 § 2º)	365	— Poderá conter dispositivos que autorizem a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita; a aplicação de saldo e o modo de cobrir o deficit. (Art. 63 ns. I e II)	360
JUIZ MILITAR		— Projeto será enviado anualmente pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados, até 5 meses antes do início do exercício financeiro seguinte. Seu andamento está disciplinado quanto a prazos e outros detalhes. (Art. 68)	360
— (Art. 120)	366	— Projetos de lei orçamentária ou que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens a servidor, concedam subvenção, ou de qualquer modo aumentem a despesa pública, somente sofrerão emendas nas comissões do Poder Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço dos membros da Câmara respectiva pedir ao seu Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões. (Artigo 67 § 2º)	360
JUNTA DE CONCILIAÇÃO			
— Art. 133)	367		
JUNTA ELEITORAL			
— (Art. 123)	366		
— Garantias. (Art. 129)	366		
— Organização. (Art. 127)	366		
JUSTIÇA DO TRABALHO			
— Competência. (Art. 134)	367		
— Constituição e Organização de Orfãos. (Artigo 133 § 4º)	367		
— Instituição de Juntas de Conciliação. (Artigo 133 § 2º)	367		
— Número de Tribunais Regionais. (Art. 133 § 2º)	367		
— Órgãos e Composição. (Art. 133)	367		
— Outros Órgãos. (Art. 133 § 3º)	367		
JUSTIÇA ELEITORAL			
— Organizada pelo Estado, observados também os arts. 108 e 112. (Art. 136)	367		
— Órgãos. (Art. 123)	366		
JUSTIÇA MILITAR			
— Competência. (Art. 122)	366		
— Órgãos. (Art. 120)	366		
— Pessoas em tempo de guerra. (Art. 122 § 3º)	366		
— L —			
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		LETRAS	
— Aplicação a servidor. (Art. 104)	364	— São livres, cabendo ao Poder Público incentivar seu cultivo. (Art. 171)	373
LEGISLATIVO		LIBERDADE	
— Apreciação de ato de intervenção federal. (Arts. 11 e 12)	354	— Livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição a censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas. (Art. 150 § 8º)	369
— Poder da União. (Art. 6º)	353	— Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão por força de lei. (Art. 150 § 2º)	369
LEI		— Plena a de consciência. Assegurado aos crentes o exercício de cultos religiosos que não contrariem a ordem pública e os bons costumes. (Art. 150 § 5º)	369
— Sua iniciativa abre a qualquer membro ou Comissão da Câmara ou do Senado, ao Presidente da República e aos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território Nacional. Processo de andamento, discussão e votação. (Art. 59)	359	— Qualquer lesão a direito individual não poderá ser excluído por lei da apreciação judicial. (Art. 150 § 4º)	369
LEIS COMPLEMENTARES		— Sem prejuízo a lei poderá estabelecer outras condições para organização e financiamento de jornais, rádio e TV, no interesse do regime democrático e combate à subversão e corrupção. (Art. 166 § 2º)	372
— A Constituição serão votadas por maioria absoluta das duas Casas do Congresso, observados os demais termos da votação das leis ordinárias. (Art. 53)	359		

	Págs.		Págs.
LICENÇA		MINAS	
— Serão concedidas pela Câmara e Senado na forma prevista. (Art. 38)	357	— Sua exploração depende de autorização e concessão federal, dada exclusivamente a brasileiros ou sociedade organizada no país. Especificação de direitos e obrigações. (Artigo 161)	372
LICENCIAMENTO		MINISTÉRIO PÚBLICO	
— De parlamentar para exercício de ministro, interventor, secretário de Estado ou Prefeito de Capital. Não poderá ser interrompido o prazo concedido. (Art. 38)	357	— Constituição. Nomeação de membros. (Artigo 138)	368
LIMITES		— Disposições aplicáveis. (Art. 139 Parágrafo único)	368
— Os do território nacional são da competência do Congresso Nacional. (Art. 46)	358	— O da União será organizado por lei. (Artigo 137)	368
LIVRO		— O do Estado será organizado por lei estadual. (Art. 139)	368
— É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição a censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas. (Art. 150 § 8º)	369	— Representação da União. (Art. 138)	368
— M —		MINISTROS DE ESTADO	
MAGISTERIO		— Atribuições. (Art. 87)	362
— Nas carreiras de grau médio e superior, o provimento dos cargos iniciais e finais será, sempre, mediante prova de habilitação, por concurso público de provas e títulos, quando se trata de ensino oficial. Garantida a liberdade de cátedra. (Art. 168 nº V e VI)	372	— Auxílio o exercício do Poder Executivo. (Art. 74)	361
MAGISTRATURA		— Auxiliar do Presidente da República, brasileiro nato, maior de 25 anos, no gozo de direitos políticos. (Art. 86)	362
— Aposentadoria. (Art. 108 § 1º)	364	— Caberá a Câmara dos Deputados declarar, por dois terços a procedência de acusação contra os de Estado. (Art. 42 nº I)	358
— Disponibilidade. (Art. 108 § 2º)	364	— Comparecimento perante a Câmara, Senado ou suas Comissões, na forma estipulada é obrigatório. Crime de responsabilidade o não comparecimento. Poder pedir para comparecer afim de debater projetos. (Artigo 40 §§ 1º e 2º)	357
— Inamovibilidade. (Art. 108 nº II)	364	— Crime de responsabilidade, processo e julgamento. (Art. 88)	362
— Irredutibilidade. (Art. 108 nº III)	364	MONOPÓLIO	
— Revisão. (Art. 108 § 2º)	364	— A pesquisa e a lavra do petróleo constituem monopólio da União, nos termos da lei. (Art. 162)	372
— Salvo restrições expressas na Constituição, os juizes gozarão das garantias. (Art. 108)	364	MONUMENTO	
— Vedado ao juiz. (Art. 109)	364	— Será erigido na localidade do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, pela União. (Art. 187)	374
— Vitaliciedade. (Art. 108 nº I)	364	MONUMENTOS	
MANDATO		— Ficam sob proteção especial do Poder Público. (Art. 172 Parágrafo único)	373
— Perderá deputado ou senador que infringir determinações enunciadas. (Art. 37)	357	MUDANÇA DA CAPITAL	
MANDATO ELETIVO		— A transferência para Brasília dos órgãos ainda na Guanabara serão objeto de projeto, a ser encaminhado até 180 dias da data desta Constituição, pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. (Art. 183)	373
— De Funcionário Público. (Art. 102 §§ 1º e 2º)	364	MUNICÍPIO	
MATÉRIA FINANCEIRA		— Autonomia; eleições, tributação; serviços públicos; remuneração de vereadores, intervenção; dívida fundada, arrecadação e aplicação de rendas; prestação de contas e outras finalidades. (Art. 13)	354
— Competência exclusiva de iniciativa do Presidente da República. (Art. 60)	350	— Competência para decretar impostos que enumera. (Art. 25)	356
MATERNIDADE		— Criação de novos e divisão. (Arts. 14 e 15)	354
— Sua assistência será instituída por lei. (Artigo 167 § 4º)	372	— Intervenção estadual. (Art. 16)	354
MEIOS DE COMUNICAÇÃO		— Organização. (Art. 14)	354
— Sua concessão depende de parecer do Conselho de Segurança Nacional, no que se refere a problemas de Segurança. (Art. 91 nº II, a)	363	— População, renda pública. (Art. 14)	354
MILITARES		— Receberá da União 10% da arrecadação. (Art. 26)	356
— Acumulação. (Arts. 94 §§ 3º e 5º)	363	— Requisitos mínimos. (Art. 14)	354
— Condições para oficialato. (Art. 94 § 8º)	363	— Sem perda de sua vinculação poderá ser reunido a outro, por lei complementar em comunidade sócio-econômica, com o objetivo da realização de serviços de interesse comum. (Art. 157 § 10)	371
— Desempenho de função. (Art. 94 §§ 2º, 4º e 5º)	364	— Vedado fazer. (Art. 9º)	354
— Finalidade. (Art. 92 § 1º)	363		
— Inatividade. (Art. 94 § 6º)	363		
— Isenção. (Art. 93 e Parágrafo único)	363		
— Limitação de idade. (Art. 94 § 7º)	363		
— Patentes. (Art. 94)	363		
— Perda de posto. (Art. 94 § 2º)	363		
— Reserva. (Art. 94 §§ 1º, 3º 4º e 6º)	363		
— Serviço Militar. (Art. 93)	363		
— Títulos. (Art. 94 § 1º)	363		
— Vencimentos e Vantagens. (Art. 94 §§ 5º e 6º)	363		

	Págs.		Págs.
— N —			
NACIONALIDADE			
— São brasileiros os natos e os naturalizados. (Art. 140 ns. I e II)	368	mercados, eliminação da concorrência e aumento arbitrário dos lucros. Meios para que a União mantenha a ordem econômica. (Art. 157 §§ 1º a 11)	371
— Sua perda. (Art. 141 ns. I, II e III)	368	ORGANIZAÇÃO NACIONAL	
NIVEIS			
— Dos servidores. (Art. 106)	364	— Brasil, República Federativa, constituído sob regime representativo, pela União indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e Territórios. (Art. 1)	353
— Nomeação para função pública. (Art. 95) (Art. 106 § 1º)	363 364	— P —	
NOVAS UNIDADES			
— Estados e Territórios poderão ser criados por lei complementar. (Art. 3º)	353	PAISAGENS	
— O —			
OBRAS			
— Nenhum que se prolongue além de um exercício financeiro poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciada ou contratada, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento ou sem prévia lei que a autorize e fixe o montante das verbas que constarão anualmente do orçamento, durante todo o prazo da sua execução. (Art. 65 § 4º)	360	— As naturais notáveis, ficam sob a proteção especial do Poder Público. (Art. 172 Parágrafo único)	373
— Proteção especial do Poder Público. (Artigo 172 Parágrafo único)	373	PARIDADE	
ORÇAMENTO			
— Anual dividir-se-á em corrente e de capital, compreendendo obrigatoriamente as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos e fundos, de administração direta ou indireta, excluídos apenas as entidades que não recebem subvenção ou transferências à conta do orçamento. (Art. 65)	360	— Aplica-se aos funcionários do Legislativo e do Judiciário o disposto na Seção VII da Constituição. (Art. 106)	364
— Competência do Congresso Nacional. (Artigo 46)	358	PARTIDO POLÍTICO	
— Consignará dotações plurianuais para a execução dos planos de valorização de regiões menos desenvolvidas. (Art. 65 § 6º)	360	— Ambito de ação. (Art. 149 nº VI)	369
— Despesa pública obedecerá a Lei Orçamentária anual que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e previsão da receita salvo exceções declaradas. (Artigo 63)	360	— Atuação e programa. (Art. 149 nº III)	369
— Operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual, não poderão exceder a quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até trinta dias depois do encerramento deste. Normas específicas. (Art. 69)	360	— Coligações. Proibições. (Art. 149 nº VIII)	369
— Regras disciplinares da despesa pública. Proibição para dispositivos estranhos à receita e despesa e outros detalhes. (Artigo 63)	360	— Disciplina. (Art. 149 nº V)	369
ORÇAMENTO PLURIANUAL			
— Competência do Congresso Nacional. (Artigo 46)	358	— Exigência de eleitorado. (Art. 149 nº VII)	369
— Obediência das despesas na forma prevista em lei complementar. (Art. 63 Parágrafo único)	360	— Fiscalização Financeira. (Art. 149 nº IV)	369
ORÇAMENTO PÚBLICO			
— Sua elaboração e organização serão previstos em lei federal. (Art. 64)	360	— Organização, funcionamento e extinção. (Art. 149)	369
ORDEM ECONÔMICA			
— Realizará a justiça social com base nos seguintes princípios: liberdade de iniciativa; valorização do trabalho como condição da dignidade humana; função social da propriedade; harmonia e solidariedade entre os fatores de produção; desenvolvimento econômico; repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos		— Patrimônio dos extintos pelo Ato Institucional nº 2 será transferido a qualquer organização política devidamente registrada. Detalhes da transferência. (Art. 184)	374
		— Personalidade Jurídica. (Art. 149 nº II) ..	369
		— Pode ser acionista de sociedade, proprietária ou administradora de jornal, rádio e TV (Art. 166 nº III)	372
		— Regime representativo. (Art. 149 nº I) ...	369
		PATRIMÔNIO	
		— O dos Partidos extintos pelo Ato Institucional nº 2 será transferido a qualquer das organizações políticas devidamente registradas. Detalhes. (Art. 184)	374
		PERDA DE DIREITOS POLÍTICOS	
		— A Lei poderá determiná-la em vista da incompatibilidade dos direitos com a escusa de consciência. (Art. 150 § 8º)	369
		— Perda de direitos políticos. (Art. 144, nº II, a, b e c)	368
		PERDA DE MANDATO	
		— Para Deputado ou Senador que infrinja determinações enumeradas. (Art. 37)	357
		PERDA DE NACIONALIDADE	
		— Por opção por outra nacionalidade, por aceite de emprego, comissão ou pensão de governo estrangeiro que tiver cancelada, por sentença judicial a naturalização. (Artigo 141 ns. I, II e III)	368
		PERSONALIDADE JURÍDICA	
		— Por Partidos políticos. (Art. 149 nº II)	369
		PESSOA JURÍDICA	
		— Vedada a sua propriedade e a administração de empresa jornalística de toda espécie. (Art. 166 §§ 1º e 2º)	372
		PESSOAL	
		— A sua despesa, na União, Estados e Município, não poderá exceder de 50% das respectivas receitas correntes. (Art. 66 § 4º)	360

	Págs.		Págs.
PETRÓLEO			
— Com o estímulo e o apoio do Estado, às empresas privadas compete, preferencialmente, organizar e explorar as atividades econômicas sobre o petróleo. Especificações a respeito. (Art. 163)	372	tempo de paz, limites do Território Nacional, o espaço aéreo, os bens do domínio da União, transferência temporária da sede do Governo da União, a concessão de anistia. (Art. 46)	358
— Para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica. Seus órgãos reger-se-ão pelas normas aplicáveis a empresas privadas, sujeitos ao mesmo regime tributário. (Art. 163 §§ 1º, 2º e 3º)	372	— Exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e Senado Federal. (Art. 29)	
— Pesquisa e a lavra do petróleo, constituem monopólio da União, nos termos da lei. (Art. 162)	372	— No caso do art. 46, a Câmara na qual se concluiu a votação enviará o projeto ao Presidente da República, que aquiescendo, o sancionará. O veto e sua decorrência. (Artigo 62)	359
PODER			
— Cidadão investido na função de um não poderá exercer a de outro. (Art. 6º Parágrafo único)	353	— O seu processo de legislar compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares à Constituição, leis ordinárias, leis delegadas, decretos leis, decretos legislativos e resoluções. (Art. 49)	358
— Emanada do povo e em seu nome é exercido. (Art. 1º § 1º)	353	PODERES	
PODER EXECUTIVO			
— Atos serão fiscalizados pela Câmara e Senado, inclusive da administração descentralizada, na forma regulada por lei. (Artigo 48)	358	— Salvo exceções previstas na Constituição, é vedada a sua delegação. (Art. 6º Parágrafo único)	353
— Exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. (Artigo 74)	361	PODERES DA UNIÃO	
— Manterá sistema de controle interno para fiscalização financeira e orçamentária da União, na forma prevista. (Art. 72)	361	— Independentes e harmônicos, são o Legislativo, Executivo e o Judiciário. (Art. 6º)	353
— Sua competência a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Art. 67)	360	PONTES	
— Tem a competência da iniciativa das leis orçamentárias e outras que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens de servidores, concedam subvenção e auxílios, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Art. 67)	360	— Sua concessão depende de parecer do Conselho de Segurança Nacional, no que se refere a problemas de Segurança. (Art. 91, nº II, b)	363
PODER JUDICIÁRIO			
— Disposições preliminares. (Art. 107)	364	PRAZO	
— Juizes Eleitorais. (Art. 123)	366	— Fixado o do andamento de projeto de lei orçamentária. (Art. 68)	360
— Juizes Federais. (Art. 118)	365	PREFEITO	
— Juizes Militares. (Art. 120)	366	— Inelegibilidade. (Art. 146, nº III, Parágrafo único. Art. 147, nº III)	369
— Junta Eleitoral. (Art. 123)	366	— Nomeação para estâncias hidro-minerais. (Art. 16)	354
— Junta de Conciliação. (Art. 133)	367	— O do Distrito Federal será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação do nome pelo Senado. (Artigo 17)	355
— Justiça do Trabalho. (Art. 133)	367	— O do Território será nomeado pelo Governador. (Art. 17)	355
— Justiça dos Estados. (Art. 136)	367	— Respeitado o mandato em curso daqueles cuja investidura deixará de ser eletiva bem como a dos eleitos em 15.11.66. (Art. 176)	373
— Justiça Eleitoral. (Art. 123)	366	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	
— Justiça Militar. (Art. 120)	366	— Apreciação de suas contas está incluída de auxílio do Tribunal de Contas para controle externo, pelo Congresso Nacional, como parte da fiscalização financeira e orçamentária da União. (Art. 71 § 1º)	361
— O dos Estados será organizada com observância dos arts. 108 a 112 e 136. (Art. 136)	367	— As acusações que lhe forem feitas terão procedência apurada pela Câmara dos Deputados. (Art. 42)	358
— Poderá ser provocado a decidir no caso de inobservância de qualquer prescrição relativa ao Estado de Sítio. (Art. 156)	371	— Atribuição. (Art. 83)	362
— Tribunal Federal de Recursos. (Art. 116)	365	— Ausência do País. (Art. 82)	362
— Tribunal Regional Eleitoral. (Art. 123)	366	— Colégio Eleitoral. Composição. (Art. 76 § 1º)	361
— Tribunal Regional do Trabalho. (Art. 133)	367	— Competência. (Art. 60)	359
— Tribunal Superior Eleitoral. (Art. 123)	366	— Competência exclusiva de leis sobre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem a despesa pública ou vencimento, fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas, disponham sobre administração do Distrito Federal e dos Territórios. (Art. 60)	359
— Tribunal Superior do Trabalho. (Art. 133)	367	— Competência privada. (Art. 83)	362
— Superior Tribunal Militar. (Art. 120)	366	— Compromisso. (Art. 78 § 1º)	362
PODER LEGISLATIVO			
— Andamento de projeto de lei nas Casas Legislativas, com detalhes especificados, inclusive quanto à sua renovação. (Art. 61)	359	— Crime de responsabilidade. (Art. 84)	362
— Congresso Nacional disporá sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre tributos, arrecadação e distribuição de renda, orçamento, abertura e operações de crédito, dívida pública, emissões de curso forçado, planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais, criação das forças armadas para o		— (Art. 85)	362
		— Delegação de poder. (Art. 83 Parágrafo único)	362
		— Elegibilidade. (Art. 75)	361

	<i>Págs.</i>	— R —	<i>Págs.</i>
— Elegível o brasileiro nato, maior de 35 anos e no exercício dos direitos políticos. (Artigo 75)	361	RÁDIO	
— Eleição. Colégio Eleitoral. (Art. 76)	361	— Vedada sua propriedade a administração a estrangeiros sociedade por ações ao portador, sociedades que tenham acionistas ou sócios estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partido político. Somente a brasileiros caberá a responsabilidade, a orientação intelectual e administrativa dos órgãos publicitários. Outras condições. (Art. 166 §§ 1º e 2º)	372
— Eleito será empossado em 15.3.67. (Artigo 78)	362	RECEITA	
— Exerce Poder Executivo. (Art. 74)	361	— Como a despesa dos órgãos de administração indireta, será incluída no orçamento, em dotações globais, sem prejuízo da sua autonomia na gestão dos recursos. (Art. 65 § 1º)	360
— Inelegibilidade. (Art. 146, nº I, a, Parágrafo único)	369	— Modificações na sua legislação, necessárias para que o total da despesa autorizada não exceda a prevista, serão submetidas pelo Executivo, ao Legislativo, juntamente com a proposta orçamentária anual ou de lei que crie ou aumente despesa. (Art. 66 § 2º)	360
— Local e oportunidade de eleição. (Art. 77)	361	— Previsão abrangerá todas as rendas e suprlmentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito. (Art. 65 § 2º)	360
— Mandato. (Art. 77 § 2º)	361	RECURSO MINERAL	
— Participa do Conselho de Segurança Nacional. Assessoramento do Conselho de Segurança Nacional. (Art. 90)	363	— Sua exploração depende de autorização e concessão federal, dada exclusivamente a brasileiros ou sociedade organizada no país. Especificações de direitos e obrigações. (Art. 161)	372
— Pode ter a iniciativa da Lei. (Art. 59)	359	REDUÇÃO DE DESPESA	
— Posse. (Art. 78)	362	— A prevista no art. 66 § 4º deverá efetivar-se até 31.12.70. (Art. 180)	373
— Sancionará, se aquiescer, as leis referidas no art. 46. Decorrências do veto. (Art. 62)	359	REGIME	
— Suspensão de funções. (Art. 85 § 1º)	362	— O da União. (Art. 1º)	353
— Tem a direção da guerra e a escolha dos comandantes chefes das Forças Armadas. (Art. 92 § 2º)	363	REGIME REPRESENTATIVO	
— Vacância do cargo. (Art. 78 § 2º)	362	— Dos Partidos Políticos. (Art. 149, nº I) ..	369
PROCESSO DE LEGISLAR		REGIÕES	
— O Poder Legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, lei complementares à Constituição das leis ordinárias, leis delegadas, decretos leis, decretos legislativos e resoluções. (Art. 49)	358	— A União poderá estabelecer mediante lei complementar, regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que constituirão comunidade sócio-econômica, independente de sua vinculação administrativa, com o objetivo de realizar serviços de interesse comum. (Art. 157 § 10)	371
PROFESSORES CATEDRATICOS		RELIGIÃO	
— Asssegurada a vitaliciedade aos nomeados até a vigência da Constituição. (Art. 177)	373	— Assistência será prestada por brasileiros, nos termos da lei aos integrantes das forças armadas. (Art. 150 § 7º)	369
PROGRAMA		— Por motivo de crença religiosa ninguém perderá qualquer de seus direitos, salvo caso especificado. (Art. 150 § 6º)	369
— Nacional ou regional é da competência do Congresso Nacional. (Art. 46)	358	REMOÇÃO	
— Nenhum que se prolongue além de um exercício financeiro poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que constarão anualmente do orçamento, durante todo o prazo da sua execução. (Art. 65 § 4º)	360	— De magistrado. (Art. 108 § 2º)	364
PROGRAMA POLÍTICO		RENDA	
— Programa político. (Art. 149, nº III)	369	— Sua tributação é da competência do Congresso Nacional. (Art. 46 nº I)	358
PROJETO		REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL	
— Nenhum que se prolongue além de um exercício financeiro poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que constarão anualmente do orçamento, durante todo o prazo da sua execução. (Art. 65 § 4º)	360	— Representação proporcional. (Art. 143)	368
PROJETO DE LEI		REPÚBLICA	
— Poderá ser enviado pelo Presidente da República sobre qualquer matéria, com observância dos prazos especificados. (Art. 54)	359	— Sua supressão não poderá ser objeto de emenda à Constituição. (Art. 50 § 1º)	359
PROMOÇÃO			
— Para os ex-combatentes. (Art. 178, e) ...	373		
PROVENTOS			
— Funcionário Público. (Art. 101 §§ 2º e 3º)	364		
— Q —			
QUORUM			
— As deliberações de cada Câmara Legislativa serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros salvo disposição constitucional em contrário. (Artigo 33)	357		

	Págs		Págs
RESPONSABILIDADE		SERVIDORES PÚBLICOS	
— Cada um responderá, nos termos da lei, pelos abusos que cometer na manifestação de pensamento, convicção política ou filosófica. (Art. 150 § 8º)	369	— E' da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Art. 67)	360
— De funcionário público. (Art. 105 Parágrafo único)	364		
REVOLUÇÃO		SILVICOLA	
— Os atos do seu Comando Supremo ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial. (Art. 173)	373	— Assegurada a posse permanente da terra que habita e reconhecido sem direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes. (Art. 186)	374
— S —		SÍMBOLOS	
SEDE		— (Arts. 1, 2 e 3)	353
— A transferência temporária da sede do Congresso Nacional é da sua competência. (Artigo 47 nº VI)	358	— Estados, Distrito Federal e Municípios poderão tê-lo próprios. (Art. 1º § 3º)	353
SEGURANÇA NACIONAL		— São nacionais, a bandeira e o hino vigorantes em 24.1.67, e outros estabelecidos em lei. (Art. 1º § 2º)	353
— Áreas da atuação. (Art. 91 ns. I, II, III e Parágrafo único)	363		
— Conselho de Segurança Nacional. (Art. 90)	363	SINDICATO	
— Responsabilidade de toda pessoa natural e jurídica. (Art. 89)	362	— Livre. Sua constituição, representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas do Poder Público reguladas por lei. (Art. 159)	372
SENADO FEDERAL		— Voto nas suas eleições é obrigatório. (Artigo 159 § 2º)	372
— A primeira eleição geral de deputados e a parcial de senadores, a de governador e vice serão a 15.11.70. (Art. 175)	373	SISTEMA TRIBUTÁRIO	
— Competência privativa: julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e, no caso de conexão, os Ministros de Estado; processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e Procurador-Geral da República. (Art. 44 ns. I e II)	358	— Compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, regido por disposições mencionadas. (Art. 18)	355
— Competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, quando exigido pela Constituição, do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios, dos Chefes de Missão diplomática de caráter permanente e outros servidores, autoriza empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, legislar sobre o Distrito Federal na forma do art. 1º § 1º e exercer as atribuições mencionadas no art. 71, suspender em todo ou em parte, a execução da lei ou decreto declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Art. 45 ns. I a IV)	358	— Composição; impostos previstos; taxas; competência da União, Estados, Distrito Federal e Territórios, convênios de administração tributária; incentivos. (Art. 19)...	355
— Composição com representantes dos Estados, pelo voto direto e secreto, segundo princípio majoritário. Número de senadores, duração de mandato, renovação de representação, de 4 em 4 anos, por um e dois terços. Eleição de suplente. (Art. 43 e §§ 1º e 2º)	358	SUBSIDIO	
— Conservará mandato se licenciado para exercer cargo de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado e Prefeito de Capital. Não poderá reassumir antes do prazo da licença concedida. (Artigo 38 e § 1º)	357	— Normas fixadas para deputados e senadores. (Art. 35)	357
— Disporá em regimento sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos. Também sobre suas Comissões, observada, a representação proporcional dos partidos. (Art. 32)	357	SUBVENÇÃO	
— Inelegibilidades. (Art. 146 nº IV)	369	— Os projetos de lei orçamentária ou que concedam subvenção, ou de qualquer modo aumentem a despesa pública, somente sofrerão emendas nas comissões do Poder Legislativo. (Art. 67 § 2º)	360
— (Art. 146 Parágrafo único)	369	SUBVERSÃO INTERNA	
— (Art. 147 nº I letra c)	369	— No caso será admitida a abertura de crédito extraordinário. (Art. 64 § 2º)	360
— (Art. 147 nº II letra b)	369	SUFRAGIO UNIVERSAL	
— Não poderá praticar atos enumerados. (Artigo 36)	357	— (Art. 143)	368
— Perderá mandato se ofender determinações enumeradas. (Art. 37)	357	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	
— Seus membros poderão propor emendas a Constituição. (Art. 50 nº I)	359	— (Art. 120)	366
		— Competência. (Art. 122 § 2º)	366
		— Composição. (Art. 121)	366
		— Escolha e nomeação. (Art. 121)	366
		— Ministros civis. (Art. 121 § 1º)	366
		— Ministros militares. (Art. 121)	366
		— Vencimentos. (Art. 121 § 2º)	366
		SUPLENTE	
		— De deputado ou senador deverá ser convocado na forma prevista. (Art. 38 § 1º)...	357
		— De senador será eleito juntamente com este. (Art. 43)	358
		SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
		— Competência. (Art. 114)	365
		— Composição. (Art. 113)	365
		— Crimes de responsabilidade. (Art. 113 § 2º)	365

	Págs.
— Funcionamento. (Art. 115)	365
— Ministros. (Art. 113 § 1º)	365
— Nomeação. (Art. 113 § 1º)	365
— Plenário. (Art. 115 Parágrafo único letra a)	365
— Presidente. (Art. 115 Parágrafo único letra d)	365
— Processo e julgamento. (Art. 115 Parágrafo único letra c)	365
— Regimento Interno. (Art. 115 Parágrafo único)	365
— Sede e jurisdição. (Art. 113)	365
— Turmas. (Art. 115 Parágrafo único letra b)	365

SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

— Art. 144 nº I letras a e b)	368
-------------------------------------	-----

— T —

TELEVISÃO

— Vedada sua propriedade e administração a estrangeiros, sociedade por ações ou portador, sociedades que tenham acionistas ou sócios estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partido político. Somente a brasileiros caberá a responsabilidade, a obrigação intelectual e administrativa dos órgãos publicitários. Outras condições. (Art. 166 §§ 1º e 2º)	372
--	-----

TEMPO DE SERVIÇO

— De Servidores Públicos. (Art. 101 § 1º) ...	364
---	-----

TERRAS

— Alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 3.000 hectares, não se fará sem prévia autorização do Senado Federal. (Art. 164 § 1º)	372
— Lei federal disporá sobre condições de legitimação, posse e preferência à aquisição de até 100 hectares de terra pública por aqueles que as tornarem produtivas. (Art. 164)	372
— Sua concessão depende de parecer do Conselho Nacional, no que se refere à problemas de Segurança. (Art. 91, nº 2, a)	363

TERRITÓRIO

— A criação de novos, como de Estados, dependerá de lei complementar. (Art. 3º) ..	353
— Governador será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado. (Art. 17)	355
— Organização administrativa e judiciária. (Art. 17)	355
— Representação na Câmara dos Deputados. (Art. 41)	358
— Prefeitos serão nomeados pelos Governadores. (Art. 17)	355
— Sua administração é da competência exclusiva da iniciativa do Presidente da República. (Art. 60)	359

TITULARES DE OFÍCIO

— Assegurada a vitaliciedade dos nomeados até a vigência da Constituição. (Art. 117)	373
--	-----

TRABALHADORES

— Terão assegurados os direitos de salário mínimo, conforme as condições regionais; salário família aos seus dependentes, proibição de salários diferentes e critérios de admissão por causa de sexo, ou estado civil; salário noturno superior ao diurno; integração do trabalhador na vida e desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e excepcionalmente na gestão; oito horas de trabalho; repouso semanal remunerado e feriados civis e religiosos; férias anuais remuneradas; higiene e segurança do trabalho; proibição de trabalho a menores de 12 e noturno a menores de 18 em	
---	--

	Págs.
indústrias insalubres a êstes e as mulheres; descanso remunerado às gestantes, antes e depois do parto sem prejuízo do emprego e salário; fixação de percentagem de empregados brasileiros em serviços públicos dados em concessão a estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais; estabilidade com indenização ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente; reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; assistência sanitária hospitalar e médica preventiva; previdência social mediante contribuições para seguro, desemprego, proteção da maternidade e nos casos de doença, velhice, invalidez e morte; seguro obrigatório pelo empregador, contra acidentes; proibição de distribuição entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre profissionais de repouso, recuperação e convalescença, mantida pela União, na forma da lei; aposentadoria para mulher aos 30 anos, com salário integral; greve, salvo o disposto no art. 157 § 7º. (Art. 158)	371

TRÁFEGO

— Vedada a sua limitação por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, exceto o pedágio. (Art. 20)	355
---	-----

TRATADO

— Para sua aprovação o Presidente da República deverá enviar até 15 dias após sua assinatura, para sua aprovação pelo Congresso Nacional. (Art. 47 § 1º)	358
--	-----

TRIBUNAIS

— Competência. (Art. 110)	364
— Declaração de inconstitucionalidade. (Artigo 111)	364
— Dotações orçamentárias. (Art. 112 § 2º) ...	364
— Sentença Judiciária. Pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal. (Art. 112)	364

TRIBUNAL DE CONTAS

— Atribuições previstas no art. 110. (Art. 73 § 1º)	361
— Auxiliará o controle externo do Congresso Nacional para Fiscalização financeira e orçamentária da União, inclusive apreciando contas do Presidente da República e demais responsáveis pela guarda de bens e valores. (Art. 71 § 1º)	361
— Calculará quotas estaduais e municipais previstas na distribuição da arrecadação da União. (Art. 26 § 1º)	356
— Competência. (Art. 73 § 5º)	361
— Ministros. Aos seus não se aplica o art. 73 § 3º <i>in fine</i> combinado com o art. 109, nº III, uma vez eleitos no pleito de 15.12.66. (Artigo 179)	373
— Nomeação e condições, indicação e aprovação, vencimentos e impedimentos dos ministros. (Art. 73 § 3º)	361
— Organização e funcionamento. (Art. 73 § 2º)	361
— Outros detalhes. (Art. 73 e Parágrafos) ..	361
— Quadro de Pessoal. (Art. 73 § 1º)	361
— Sede e jurisdição. (Art. 73)	361

TRIBUNAL FEDERAL

— Os com jurisdição em todo o território nacional podem ter a iniciativa das leis. (Artigo 59)	359
--	-----

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

— Competência. (Art. 117)	365
— Competência privativa e sede. (Art. 116 § 2º)	365
— Composição, escolha e nomeação de ministros. (Art. 116)	365

	Págs.
— Funcionamento. (Art. 116 § 3º)	365
— Novos Tribunais em Pernambuco e São Paulo. (Art. 116 § 1º)	365

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

— Composição. (Art. 126)	366
— Garantias. (Art. 129)	366
— Mandato de juiz. (Art. 133 Parágrafo único)	367
— Nomeação. (Art. 126, nº III)	366
— Número de juizes. (Art. 126 § 2º)	366
— Recursos para o TSE. (Art. 131)	367
— Sede. (Art. 125)	366

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

— Número de Tribunais Regionais. (Art. 133 § 5º)	367
— Tribunal Regional do Trabalho. (Art. 133 nº II)	367

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

— Decisões irrecorríveis. (Art. 132)	367
— Garantias. (Art. 129)	366
— Mandato de Juiz. (Art. 123 Parágrafo único)	366
— Nomeação. (Art. 124 nº II)	366
— Presidência e Vice-Presidência. (Art. 124 § 1º)	366
— Recursos do TRE. (Art. 131)	367
— Sede e Composição. (Art. 124)	366

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

— Composição. (Art. 133 § 1º)	367
— Sede e Composição. (Art. 124)	366

TRIBUTOS

— Lei poderá instituir alguns cuja arrecadação constitua receita do orçamento de capital, vedada sua aplicação no custeio de despesa corrente. (Art. 65 § 3º)	360
— Nenhum outro, além dos impostos únicos e as disposições constitucionais e de leis complementares, terá sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa. (Art. 65 § 3º)	360
— Vedado seu aumento sem lei que o estabeleça. (Art. 20)	355

— U —

UNIÃO

— Bens. (Arts. 4º e 5º)	353
— Brasil, República Federativa. (Art. 1º)	353
— Capital. (Art. 2º)	353
— Competência. (Art. 22)	355
— Decretação de impostos. (Art. 22)	355
— Manter relações internacionais; declarar a guerra e fazer a paz; estado de sitio; organização das forças armadas; planejamento e garantia de segurança nacional; trânsito de forças estrangeiras pelo território nacional, bem como sua permanência temporária; autorização e fiscalização da produção e o comércio de material bélico; organizar e manter a polícia federal com finalidades específicas; emitir moeda; fiscalizar operações de crédito, capitalização e seguros; estabelecer plano nacional de viação; manter serviço postal e o Correio Aéreo Nacional; organizar a defesa permanente contra calamidades, especialmente secas e inundações; estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento; estabelecer planos nacionais de educação e saúde; explorar, mediante autorização ou concessão, os serviços de telecomunicações, energia elétrica, navegação aérea, vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais, ou transponham os limites de um Estado ou território; conceder anistia; legislar sobre execução da Constituição e serviços federais; sobre direito civil, penal, comercial, processual, eleitoral, agrário,	

aéreo, marítimo e do trabalho, normas gerais de direito financeiro; de seguro, de previdência social, defesa e proteção da saúde, regime penitenciário, produção e consumo, registros públicos e juntas comerciais, desapropriação, requisições civis e militares em tempo de guerra, sobre jazidas, minas, e outros recursos minerais, metalurgia, florestas, caça e pesca, águas, energia e telecomunicações; sistema monetário e de medidas; títulos e garantias dos metais; política de crédito, câmbio, comércio exterior e interestadual, transferência de valores para fora do País; regime de portos e da navegação de cabotagem fluvial e lacustre; tráfego e trânsito nas vias terrestres; nacionalidade e cidadania, naturalização; incorporação dos silvícolas; comunhão nacional; emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros; diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos, condições de capacidade para o exercício de profissões liberais e técnico-científicas; uso dos símbolos nacionais; organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios; sistema estatístico e cartográfico nacionais; organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, sua convocação e mobilização. (Art. 8º)	353
— Delegação de atribuições. (Art. 6º Parágrafo único)	353
— Estados. (Art. 1º § 3º)	353
— Guerra. (Art. 7º Parágrafo único)	353
— Petróleo. Sua pesquisa e lavra constituem monopólio da União, nos termos da lei. (Art. 162)	372
— Poderá estabelecer, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que constituirão comunidade socio econômica, independente de sua vinculação administrativa, com o objetivo de realizar serviços de interesse comum. (Artigo 157 § 10)	371
— Podêres. (Art. 6º)	353
— Redistribuirá 20% da arrecadação para Estados e Municípios. (Art. 26)	356
— Símbolos. (Arts. 1º, 2º e 3º)	353
— Vedado. (Art. 9º)	354

USUFRUTO

— Assegurado aos silvícolas, quanto aos recursos naturais e de todas as utilidades existentes nas terras que habitam. (Art. 186) ..	374
---	-----

— V —

VANTAGEM

— Competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Artigo 67)	360
--	-----

VEDADO

— Aplicação no custeio de despesa corrente, de tributos cuja arrecadação constitua receita do orçamento de capital. (Art. 65 § 3º)	360
— Deputado e Senador não podem praticar atos enumerados. (Art. 36)	357
— Juiz não pode. (Art. 109)	364
— Na lei orçamentária, como na sua execução estão vedados, estorno de verbas; concessão de créditos ilimitados; abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação da receita correspondente; a realização de despesa que exceda as verbas votadas pelo Legislativo, salvo as autorizadas em crédito extraordinário. (Art. 64 § 1º)	360

<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
	— Não poderão a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios; estabelecer cultos e igrejas; subvencioná-los; embarçar-lhes o exercício; manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, salvo no caso de interesse público; recusar fé aos documentos públicos. (Art. 9º ns. I, II e III)	
354		
	— Propriedade e administração de jornais, rádio e televisão, por estrangeiros, sociedades que tenham por ações ao portador e sociedades que tenham acionistas ou sócios estrangeiros ou pessoas jurídicas, salvo partido político. (Art. 166)	
372		
	— Tributação. União, Estados, Municípios e Distrito Federal, não podem instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça ressalvados os casos previstos na Constituição, estabelece limitações de tráfego exceto por pedágio, criar impostos sobre patrimônio, renda, serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou assistência social, sobre livro, jornal e periódico, assim como o papel de impressão. (Art. 20)	
355		
	VENCIMENTOS	
	— Competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. (Art. 67)	
360		
	— Emendas no Legislativo. Projetos de lei orçamentária fixem vencimentos e vantagens a servidor, de qualquer modo aumentem a despesa pública, somente sofrerão emendas nas comissões do Poder Legislativo. (Art. 67 nº 2º)	
360		
	VEREADOR	
	— Eleição e remuneração. (Art. 16)	
354		
	VIAS DE TRANSPORTE	
	— Sua concessão depende de parecer do Conselho de Segurança Nacional, no que se refere a problemas de Segurança. (Art. 91 nº II, a)	
363		
	VICE-GOVERNADOR	
	— Eleição será a 15.11.70. (Art. 175)	373
	— Inelegibilidade. (Art. 146 nº II Parágrafo único)	369
	VICE-PREFEITO	
	— Inelegibilidade. (Art. 146, ns. III e IV, Parágrafo único)	369
	VICE-PRESIDENTE	
	— Ausência do País. (Art. 82)	362
	— Colégio Eleitoral. (Art. 76)	361
	— Elegibilidade. (Art. 75)	361
	— Eleição. (Art. 79, Parágrafo único)	362
	— Funções. (Art. 79 § 2º)	362
	— Impedimento. (Art. 80)	362
	— Inelegibilidade. (Art. 146, nº I e Parágrafo único)	369
	— Mandato. (Art. 79 § 1º)	362
	— Participação no Conselho de Segurança Nacional. (Art. 90 § 1º)	363
	— Posse. (Art. 79 § 1º)	362
	— Posse em 15.3.67. (Art. 174)	373
	— Substituição.	
	(Art. 79)	362
	(Art. 80)	362
	— Vacância. (Art. 78 § 2º)	362
	— (Art. 80)	362
	— (Art. 81)	362
	VITALICIEDADE	
	— Magistrados. (Art. 108 nº I)	364
	— Professores. (Art. 177)	373
	— Servidores. (Art. 98)	363
	— Titulares de Ofício. (Art. 177)	373
	VOTO	
	— Alistamento e voto. (Art. 142 nº I)	368
	— Eleições sindicais. (Art. 159 nº 2º)	372
	VOTO DIRETO	
	— Voto direto. (Art. 143)	368
	VOTO SECRETO	
	— Voto secreto. (Art. 143)	368